

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Autor: André Filipe Justino

O DRAGÃO E O BAOBÁ:
Visitando as relações China-África a partir do contexto cabo-verdiano

Brasília
2015

Autor: André Filipe Justino

O DRAGÃO E O BAOBÁ:

Visitando as relações China-África a partir do contexto cabo-verdiano

Monografia apresentada à Universidade de Brasília – UnB, como exigência para obtenção do grau de Bacharel em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa de Souza Lobo

Brasília

2015

André Filipe Justino

O DRAGÃO E O BAOBÁ:

Visitando as relações China-África a partir do contexto cabo-verdiano

Monografia apresentada à Universidade de
Brasília – UnB, como exigência para
obtenção do grau de Bacharel em
Antropologia.

Aprovado em 12 de Fevereiro de 2014

BANCA EXAMINADORA

Andréa de Souza Lobo – Departamento de Antropologia - UnB

Carla Costa Teixeira – Departamento de Antropologia – UnB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Prof. (a) Dra. Andréa de Souza Lobo, por aceitar me guiar nesse caminho cheio das mais diversas barreiras e desafios e por ter aberto portas e oferecido várias oportunidades para que eu enriquecesse minha experiência na graduação.

Agradeço às minhas interlocutoras e interlocutores em Cabo Verde que foram, antes de tudo, amigas e amigos, e que me acolheram e tornaram minha estadia nesse país uma experiência inesquecível. Agradeço à Sara, que me levou por diversos caminhos e me apresentou diversas maravilhas que a Ilha de Santiago tinha a oferecer. Agradeço à Mônica e sua família, que me receberam na Ilha do Fogo como se eu fosse um dos seus. À Neida e Melany por compartilharem as experiências no vulcão. Agradecimentos devem ser dados ao Crispiniano, que me acolheu nos primeiros dias. Agradeço à Yolanda e Angela. Agradeço ainda à professora Clementina. Agradeço ao Jailson e ao Kevy pela convivência e noites divertidas. Agradeço ao Felipinho, Kiki e sua família que fizeram de tudo para que eu me sentisse em casa.

Agradeço à minha mãe, que sempre esteve lá por mim. Agradeço ao meu irmão, cuja existência me torna uma pessoa melhor. Agradeço à minha irmã, que tanto me ajudou no preparo da minha ida a campo e esteve presente, mesmo que à distância, em toda a experiência.

Um agradecimento mais que especial para Andreza, que surgiu em minha trajetória quando eu achei que as novidades haviam acabado. Por todo o apoio, conversas, desabafos e ideias, eu te agradeço.

Agradeço às melhores pessoas que eu poderia conhecer em minha trajetória acadêmica e sem as quais esse trabalho não existiria: à Bruna, que me ajudou sem saber; à Polli, cuja companhia enche minha vida de alegria; à Bianca, que me faz rir mesmo quando o riso parece impossível; à Eliana, que me alimenta e com quem posso contar sempre; à Gabs, que me inquieta e me dá insights ótimos.

Agradeço à Dani e Gabi pelas preciosas dicas de sobrevivência. Agradeço também à professora Gláucia que abriu um espaço para mim.

Agradeço muito à Chirley, que compartilhou parte da aventura em Cabo Verde e me mostrou a importância do diálogo para a elaboração desse trabalho.

À equipe de Etnografia Institucional do IPEA, meu muito obrigado pela experiência de pesquisa que se refletiu nesse trabalho.

Agradeço também à Karine, que é quase uma esposa, embora sejamos só amigos. Agradeço ao Igor, que sempre me cobrava esse trabalho pronto (eu terminei, olha aí!).

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por financiar meu projeto e permitir que meu trabalho de campo ocorresse de modo tranquilo.

RESUMO

O presente trabalho é resultado do trabalho de campo realizado em cidade da Praia, capital de Cabo Verde. A partir do contexto social, econômico e histórico desse pequeno arquipélago africano, busco analisar os desdobramentos, as motivações e as potencialidades das relações de cooperação internacional que são fundamentais para o desenvolvimento continuado do país. Dentre essas relações, destaco os protocolos assinados com a China, que mantém relações com praticamente todo o continente africano. Cito alguns dos resultados dessa cooperação e, por fim, analiso os dados sob a ótica da dádiva, inspirado no clássico ensaio de Marcel Mauss.

Palavras-chave: Cooperação Internacional. Relação China-África. Relação China-Cabo Verde. Dádiva.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo 1 – Aportando nas praias de Cabo Verde - Descobrimento.....	14
Capítulo 2 – O Dragão em África – Visitando Cabo Verde.....	32
Capítulo 3 – Potencialidades da Cooperação – Um olhar a partir da dádiva	51
Conclusão	65
Referências	68

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasceu de uma intensa experiência impressionista em Praia, capital de Cabo Verde, no continente africano. Digo impressionista, pois eu, que nunca havia viajado para fora do país, tive a oportunidade (rara, no nível de graduação) de realizar minha pesquisa em um outro país com uma realidade muito diferente entre os meses de janeiro e março de 2014. Dessa intensa experiência, o maior desafio foi me distanciar o suficiente para poder realizar as análises aqui feitas. Em apresentações de versões anteriores desse trabalho, foi-me cobrada uma certa imparcialidade, fui alertado que estava ainda muito imbricado com os sujeitos da pesquisa e que isso afetava minhas análises. Sendo assim, nesse trabalho, esforcei-me para aumentar a distância, alargar meu olhar e rever minhas análises. Nesse processo, o diálogo com a produção científica foi essencial. No entanto, alerto que o meu texto ainda reflete um posicionamento, a ser explicitado mais à frente.

Além da experiência inovadora, outras dificuldades foram sendo apresentadas. O projeto original¹ que levei na bagagem é um exemplo disso. Ele se mostrou irrealizável logo na primeira semana em campo, resultando em um levantamento de informações das mais variadas, na esperança de conseguir delimitar um novo objeto. Nessa busca por informações, o caderno de campo estava sempre à mão e as anotações eram constantes.

Outra dificuldade que vale a pena ser informada é o não domínio da língua crioula. Em Cabo Verde, a língua oficial é o português. Os documentos, os livros, as falas oficiais, a mídia etc., estão todos em português, ao passo que o crioulo é usado na fala, no cotidiano, nos cumprimentos e trocas de informações na rua, em resumo, na informalidade. Dada a natureza do método antropológico, isto é (para dizer de forma bem grosseira), um método que consiste em ouvir o interlocutor para entender a visão de mundo dele, a questão linguística se interpôs como desafio. Embora não tenha impossibilitado toda a minha comunicação, não nego que a diferença linguística tenha me imposto vários limites.

Findo o período da pesquisa, voltei para casa com as mãos cheias de fatos, histórias, recortes, impressões e sentimentos e organizá-los não foi uma tarefa fácil. A realização de tal tarefa só foi possível graças aos diálogos que tive com meus pares, onde pude expor ideias e

¹ O projeto original consistia em um questionamento das possíveis mudanças pelas quais o valor de circular, que é estruturante da sociedade cabo-verdiana, poderia passar com a criação da Universidade de Cabo Verde, que representa um aumento nas chances de estudar dentro do país, sem precisar ir para o exterior. Tão logo cheguei a Praia, o semestre letivo da Universidade de Cabo Verde foi encerrado e os estudantes retornaram às suas casas em outras ilhas ou no interior da Ilha de Santiago e perdi a oportunidade de estabelecer a relação de pesquisa necessária para realizar o projeto original.

angústias e receber conselhos e sugestões. Foi então que percebi a importância dessa troca para a confecção desse trabalho que é, em última instância, uma forma de conversar com uma comunidade maior (meus pares, professoras, os teóricos que me informam etc.). Dizendo isso, não fujo do que já é tido como parte do trabalho do antropólogo, isto é, a face sensitiva de todo trabalho de campo, o olhar e o ouvir, e a face teórica, reflexiva e mais distante, o escrever (Cardoso, 2006). Sendo assim, vejo essa introdução como o meta diálogo, a conversa sobre a conversa.

Do que falo aqui?

Neste trabalho, tenho como contexto a realidade de Cabo Verde, *locus* privilegiado de minha pesquisa, aqui representado como o Baobá, árvore nativa de parte do continente africano, resistente, longeva e frondosa. De certo modo, o arquipélago me remete a essa árvore que espalha seus galhos e raízes para longe de si, ocupando áreas imensas. Cabo Verde é esse pequeno arquipélago localizado na costa ocidental do continente africano, que passa despercebido nos mapas, mas que ganha o mundo por meio dos fluxos migratórios para diversos países. A partir desse contexto abordo duas importantes características do país que fazem com que, estando dentro, olhemos para fora: a necessidade de buscar no exterior os meios para sustentar sua economia e modo de vida, e a relação com diversos países que surge nesse contexto.

Independente de Portugal desde 1975, Cabo Verde encontra-se em uma posição de destaque dado seu nível de desenvolvimento social e humano, mas enfrenta grandes desafios para manter sua economia aquecida e equilibrar sua balança comercial. Desse modo, necessita de ajuda internacional constante e do apoio de diversos protocolos de cooperação para continuar se desenvolvendo. São vários os países que mantêm acordos de cooperação dos mais diversos com Cabo Verde, entre eles o Brasil, Portugal, Luxemburgo e a China. Enquanto Brasil e Portugal fortalecem seus laços com o arquipélago baseados na história e na língua, Luxemburgo se aproxima pela via da solidariedade, respondendo à boa integração da comunidade cabo-verdiana no país europeu. No entanto, são as relações com a China que despertaram meu interesse. Se Cabo Verde é o contexto, a relação deste com a China é o foco do trabalho.

As raízes da relação entre Cabo Verde e a China nos remetem às décadas de 50 e 60, quando a China, desejando se tornar líder do mundo em desenvolvimento, investiu nas lutas

armadas que demandavam independência das colônias africanas. Conflitos ideológicos acabaram por esfriar as relações entre o país asiático e a (até então) colônia portuguesa até a retomada das relações em 1976. A relação China-Cabo Verde é apenas um exemplo das investidas que o país asiático vem fazendo no continente africano. As relações são construídas com objetivos diversos, como obter apoio estratégico no sistema mundial, ou fortalecer e expandir o mercado chinês, consolidando a economia que já é uma das maiores do mundo. As relações China-África são sintomáticas de uma mudança gradual do poder que passa do Ocidente para o Oriente, reorientando as alianças no sistema mundial, conforme afirmam Alden, Large e Oliveira (2008).

Discutir sobre a relação China-Cabo Verde, seus desdobramentos e potencialidades é o objetivo principal do trabalho. Por meio dos diversos exemplos da cooperação chinesa em Cabo Verde, mostro que há capilaridade nessas relações, elas abrangem boa parte da sociedade cabo-verdiana, indo da educação à saúde, passando pela agricultura, comércio e segurança. Além, é claro, de expandir as fronteiras migratórias, fornecendo novas possibilidades para que os cabo-verdianos circulem pelo mundo.

Como já dito, minha experiência em campo foi limitada e insuficiente para fornecer os dados de que precisava para uma boa análise. Com a impossibilidade de retornar ao campo com um novo projeto que poderia ser realizado independente da Universidade de Cabo Verde, tive que procurar outros caminhos e estratégias. Recorri, então, à mídia cabo-verdiana e suas páginas na internet, onde há notícias sendo veiculadas diariamente sobre os mais variados assuntos. Nessas páginas, realizava buscas com palavras-chave e temas que me remetessem à relação China-Cabo Verde. As notícias encontradas eram salvas e catalogadas para facilitar futuras referências.

Esse método se mostrou bastante eficaz, pois havia muitas notícias que davam conta das ações da cooperação chinesa em Cabo Verde, das inaugurações das obras, das reuniões entre governantes e representantes oficiais, das promessas de novos acordos etc. As notícias também buscavam construir um breve histórico das relações, o que me permitia perseguir fatos e buscar caminhos. Quando as notícias eram vagas ou conflitantes entre si, eu podia recorrer a documentos ou discursos oficiais, ou ainda a outros trabalhos já feitos sobre o assunto. No entanto, permanece em mim uma inquietação: a fala cotidiana me escapa. Era impossível questionar meus interlocutores diretamente sobre o assunto, olhar as ações de cooperação da ótica do dia a dia. Percebo essa ausência como um dos grandes limites desse trabalho, as consequências cotidianas das ações governamentais me escapam.

O que falo?

O objetivo principal desse trabalho é, a partir do contexto cabo-verdiano, analisar as relações de cooperação que a China estabelece com o continente africano, levando em conta os desdobramentos dessa relação no sistema mundial. Para tanto, faço uso da categoria de cooperação internacional Sul-Sul, em oposição à categoria Norte-Sul. A vertente Sul-Sul das relações de ajuda entre os países surgiu nas décadas de 70 e 80 do século XX como uma alternativa que visava fortalecer o discurso dos países em desenvolvimento e fazer frente a hegemonia dos países do Norte.

A construção de uma rede de solidariedade entre nações que compartilhavam de um passado em comum (o colonialismo e imperialismo) é uma premissa da cooperação entre os países em desenvolvimento e um dos fundamentos da política de ajuda internacional chinesa. A condição atual da China como uma das maiores economias do mundo e um país com desenvolvimento relativamente consolidado lança uma ambiguidade sobre sua ajuda. Assim, a China é ora simbolizada como o ganso amigável que pousa em África oferecendo ajuda, ora como o dragão voraz que a tudo consome, deixando atrás de si um rastro de devastação.

A China argumenta que sua ajuda não-condicionalista é a chave do sucesso da sua política internacional e das relações baseadas em amizade sincera e não-intervenção nos assuntos internos dos países ajudados. O Ocidente, por sua vez, condiciona sua política de ajuda à adoção e manutenção de valores como a democracia, a transparência e os direitos humanos. Há uma clara diferença entre os dois modelos que vai ecoar no modo como as estratégias serão construídas por parte dos países ajudados. Enquanto o modelo Norte-Sul se mostrava problemático já na década de 70, o modelo Sul-Sul representa uma alternativa bem-sucedida e fornece possibilidades inúmeras para que os países fortaleçam sua identidade sem a pressão externa de uma relação de poder desigual.

Meu texto pode transmitir a ideia de que teria alguma inclinação pela cooperação chinesa face à europeia. Este é o momento de me posicionar sobre isso. A cooperação com a Europa nos remete ao passado colonial e gera desconfianças de que uma relação neocolonial possa se estabelecer, uma vez que as negociações entre os países se dão em uma arena de poder que coloca países doadores e países ajudados em posições bastante desiguais. A alternativa chinesa é, no mínimo, outra via que deve ser considerada seriamente. Para isso, novos estudos devem ser feitos, procurando se afastar da visão Ocidental e encarar seriamente

o discurso chinês pela ótica oriental. Sendo assim, meu posicionamento tendendo ao oriente é um misto de desconfiança da solidariedade ocidental com uma espécie de benefício da dúvida concedido à alternativa chinesa. A dinâmica das relações chinesas em África tem que ser estudada mais a fundo para embasar posicionamentos mais firmes. A China, no entanto, continua sendo o dragão, mesmo que adormecido, ou amigável.

Além das categorias de cooperação Norte-Sul e Sul-Sul², também faço uso do sistema de dádivas de Mauss (2013) para refletir sobre os desdobramentos e motivações das relações de cooperação entre os países. A análise da dádiva nos permite extrair elementos que lançam nova luz sobre a cooperação internacional. Os encontros rituais entre chefes de Estado ou representantes oficiais, as estratégias de elaboração de planos, a amizade que é reafirmada por meio de doações e protocolos são todos elementos que nos remetem ao sistema de trocas (in) voluntárias elaborado no canônico Ensaio sobre a Dádiva de Marcel Mauss (2013).

O que mantém viva a relação entre a China, uma das maiores economias do mundo, e Cabo Verde, um pequeno país insular com população e mercado encolhidos? Cabo Verde tem algo para oferecer em troca à ajuda recebida da China? O que a China tem a ganhar mantendo essa relação? De quais estratégias os países lançam mão para fortalecer seus laços? Essas são algumas das questões cujas repostas são esboçadas ao longo deste trabalho.

Estrutura do texto

O trabalho está dividido em três capítulos com leitura linear, com exceção de um trecho no capítulo terceiro onde faço um breve histórico sobre a cooperação internacional e que pode ser lido a qualquer momento.

No primeiro capítulo, faço um levantamento do contexto histórico, social e econômico de Cabo Verde, buscando situar meu lugar de fala e localizar o país no sistema mundial. Informações como a localização geográfica, a situação econômica e a posição estratégica de Cabo Verde no triângulo África-América-Europa estão presentes nesse capítulo.

O segundo capítulo é dedicado às relações que a China estabelece com Cabo Verde. Para entendê-las, lanço mão de exemplos das relações chinesas com outros países africanos encontrados na literatura sobre o tema. A língua crioula faz sua aparição nesse capítulo, dessa vez como um possível instrumento de manutenção da competição que os chineses

² Os termos Norte e Sul são usados, na literatura, para se referir ao conjunto de países desenvolvidos e em desenvolvimento, respectivamente. No entanto, não deve ser entendido de maneira literal, isto é, alguns países localizados no hemisfério norte do globo estão, na realidade, localizados no sul político, econômico e social,

representam no mercado interno de Cabo Verde. Uma (muito) breve análise da mídia cabo-verdiana e os exemplos da cooperação chinesa encontrados nela estão concentrados nesse capítulo.

Por fim, no terceiro capítulo, contextualizo a cooperação chinesa no âmbito da cooperação Sul-Sul e experimento analisar a relação entre os dois países sob a ótica da dádiva. Para permitir minha análise, considero que a cooperação internacional possui uma racionalidade múltipla, atendendo a variados objetivos a depender do contexto e do ponto de vista. Se, para a China, as relações China-Cabo Verde podem ser um modo de angariar apoio estratégico, para Cabo Verde essas relações podem representar meio de sobrevivência e manutenção da soberania.

CAPÍTULO 1 – APORTANDO NAS PRAIAS DE CABO VERDE - DESCOBRIMENTO

Lá fora, o vento soprava forte pelas ruas do Palmarejo, jogando nas pessoas que passavam a terra e os detritos das muitas construções que se desenvolviam nesse bairro relativamente novo. Do interior da Casa do Pão (estabelecimento de propriedade de um português) protegido pela parede de vidro, sentado em uma das cadeiras coloridas que rodeavam as muitas mesas brancas, eu observava a rotina do bairro se desdobrar do lado de fora. Lá ia a mulher carregando seu filho nas costas no fascinante estilo do *bombo*, ali na praça estavam as *rabidantes*³ vendendo o conteúdo dos seus barris e tambores azuis. De onde será que vinham aqueles produtos? A um canto da cena ficavam os vários táxis (todos Corollas da Toyota) esperando sua vez de serem lavados e a loja da CVMóvel⁴, no centro, sempre tinha movimento. Os bancos ainda não estavam funcionando e o mercado estava vazio. As portas discretas indicavam as lojas de utilidades dos chineses. Encostadas nas colunas que sustentavam o telhado da padaria, as crianças ofereciam bananas aos que saíam. No banco de vime trançado, um senhor branco com cara de americano tomava seu cafezinho e fumava seu cigarro, ele devia ser um cliente muito assíduo, pois era o único que se sentava lá fora e era atendido sem passar pelo balcão. O barulho dos hiaces e autocarros⁵ que passavam em frente à padaria era a trilha sonora dessa fluida cena que eu observava de dentro desse espaço que eu havia convencionado a chamar de “espaço de branco”, por ser tão diferente dos ambientes gerenciados pelos chineses, por exemplo, ou por alguns cabo-verdianos.

Dentro da Casa do Pão, as funcionárias cabo-verdianas, todas de avental e cabelos presos em um coque ou escondidos sob toucas, mexiam-se por trás do balcão. Por várias vezes a filha do dono também circulava nesses espaços e servia os clientes, todavia ela não usava aventais ou escondia os cabelos, muito pelo contrário, era comum vê-la soltar os cabelos e prendê-los novamente em um simples rabo de cavalo, um movimento que nunca passava despercebido pra mim. Os refrigeradores faziam muito barulho, assim como o ar-condicionado.

³ “A categoria de *rabidante* é ampla e envolve 1. vendedoras eventuais que (...) expõe produtos na calçada de suas casas para dali obterem um dinheiro extra; 2. comerciantes que vendem em feiras, mercados, ou mesmo em um ponto fixo na rua, mas que não viajam para adquirir os produtos da venda; 3. mulheres que realizam viagens regulares para outros países e que vendem no mercado local, em estabelecimentos próprios ou para terceiros.” (Lobo, 2012b, p. 321).

⁴ Empresa de telefonia móvel de Cabo Verde.

⁵ O hiace é o meio de transporte coletivo mais utilizado pelos habitantes da Ilha de Santiago para circularem entre as diversas localidades da ilha (a prática se repete em outras ilhas). O nome é emprestado do veículo da marca Toyota. O autocarro é o micro-ônibus que circula dentro da cidade da Praia.

Essa era a cena cotidiana do meu café da manhã, que eu quase sempre tomava sozinho nessa padaria. Nesse dia em particular, no entanto, eu estava em companhia de Helô e Manu⁶, duas brasileiras que eu havia conhecido nos meus primeiros dias de pesquisa na Universidade de Cabo Verde. Enquanto esperávamos nossa comida chegar, Helô comentou com Manu:

– Manu, a gente tem que ir ao Sucupira pedir desculpas ao Maisa! Lembra que ele chamou a gente pra passar na casa dele sábado? – ela perguntou, referindo-se a um amigo senegalês que possuía uma banca no famoso mercado Sucupira.

– Eita, Helô, é verdade! Ele vai ficar muito chateado, né, ele queria muito que a gente conhecesse os amigos dele.

Depois, para mim, Helô disse: – André, você tem que ir com a gente, talvez os amigos dele estejam lá. Eles têm um grupo só de africanos do continente, eles se reúnem aos fins de semana para cantar e dançar músicas tradicionais. É bem interessante que eles tenham esse apego com as tradições.

– Deve ser porque eles são tratados muito mal aqui. As histórias são bem tristes, você precisava ver o Maisa contando do tratamento que alguns cabo-verdianos dão aos do continente. – disse Manu.

– Vocês não têm histórias assim para contar, né? Será que aqueles brasileiros lá na cantina da Uni-CV passaram por isso? – perguntei, curioso.

– Eles? Duvido. Só ficam lá na Uni-CV dizendo o que os cabo-verdianos deviam fazer ou não, o que é certo e o que é errado. Sério! É irritante demais, já falou com eles? Eles vêm para cá pela Igreja Batista e só ficam nisso, igreja-cantina-igreja. Os colombianos donos da cantina recebem eles e é essa a experiência de intercâmbio que eles têm. – disse Helô, com um quê rancoroso na voz.

– Que engraçado isso, né? A cantina dos colombianos, as padarias portuguesas, as lojinhas dos chineses, tem uma loja de materiais de construções logo ali embaixo que é de um espanhol... tem os senegaleses e ganenses que vocês conhecem no Sucupira, tem os professores portugueses e a professora brasileira na Uni-CV...

– É verdade, tem estrangeiro por todo lado. O que é engraçado é que, quando falam de Cabo Verde, nunca mencionam o tanto de estrangeiro que você acha aqui, só falam de como eles circulam pelo mundo, dá impressão de que só sai gente, não entra ninguém. – disse Helô.

– Mas tem toda a ajuda que eles recebem, né, vem muito estrangeiro para cá por isso. Tem gente que vem para investir também, que nem o Manoel, marido da professora Mariza. –

⁶ Todos os nomes usados nesse trabalho foram alterados para preservar a identidade de meus interlocutores.

completou Manu.

– Ah, ele veio para investir? Não sabia! – eu respondi.

– Veio sim. Ele ganhou uma herança lá em Portugal, queria investir, mas falou que, com a crise, não era bom investir lá na Europa, aí ele veio para Cabo Verde, mas ele disse que não tem nada que vale a pena. – contou Helô.

– Interessante, lembro-me dele reclamando que Cabo Verde quer se vender como país turístico, mas não tem atração para quem vem visitar. Mas o Manoel é meio pessimista, né, ele não vê Cabo Verde com bons olhos, parece.

Nesse momento, nossos pedidos chegaram e, eventualmente, a conversa mudou para o sabor da comida, já que elas queriam saber o que eu achava do sandes misto no pão de carcaça, ou pão francês com queijo e presunto, que elas haviam recomendado.

– Uau! É sabi! – respondi, experimentando a palavra que elas haviam me ensinado significar “saboroso” ou “bom”...

A presença estrangeira em Cabo Verde é algo notável em diversas áreas. O comércio está repleto de negociantes de outros países. O cotidiano ostenta as marcas estrangeiras, das pequeninas lojas chinesas encontradas em várias esquinas da Cidade da Praia, capital de Cabo Verde, à rede de padarias Pão Quente, gerenciada por portugueses, passando por escolas de línguas e instituições de outros países voltadas ao ensino, como a Universidade Jean Piaget, o Instituto Camões etc. A Universidade de Cabo Verde, por exemplo, tem o seu quadro formado por muitos professores e professoras estrangeiras de diversas nacionalidades: portugueses, brasileiros, poloneses, norte-americanos etc. Bandeiras de outros países também indicam investimentos construídos na cooperação internacional, ou podem indicar as embaixadas dos países que mantêm relações diplomáticas bilaterais com Cabo Verde.

A minha visão sobre a sociedade cabo-verdiana foi construída *a posteriori* tendo em mente essa presença estrangeira com a qual tive contato em minha experiência de campo, e foi informada *a priori* pela característica que a literatura acerca do arquipélago fazia questão de ressaltar: o movimento, a diáspora que marca Cabo Verde, fomentando sociabilidades distintas. Sendo assim, enxergo Cabo Verde como um país aberto ao mundo e que espera uma reciprocidade nessa abertura. Na visão oficial do país, divulgada pelo governo cabo-verdiano, a questão do movimento e suas consequências podem ser vislumbradas:

Um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura. Uma sociedade solidária, de paz e justiça social, democrática, aberta e tolerante. Um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional

equilibrado e sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida. (Direção Geral do Planeamento, 2002, p. 7)

Tendo em mente os exemplos cotidianos da presença internacional que esbocei na abertura do capítulo, enxergo Cabo Verde como um país em constante fluxo, é estático geograficamente, mas se move pelo mundo na bagagem dos emigrantes e nos seus jogos e relações com entidades internacionais, outras nações e outros discursos. Da miríade de movimentos possíveis, destaco o fluxo de discursos, bens e serviços que advém da cooperação internacional, que é o fio condutor desse trabalho. A cooperação é uma das facetas do movimento, e minha experiência de campo e minhas leituras indicam que essas facetas não são independentes entre si.

Desse modo, o objetivo primeiro desse capítulo, é contextualizar a história e a economia cabo-verdiana de modo panorâmico, com o intuito de situar tanto o meu lugar de fala quanto o momento em que Cabo Verde se encontra na sua trajetória histórico-social. Avancemos...

Um pouco de história, um pouco de economia

Descoberto e colonizado pelos portugueses ainda no século XV e independente desde 1975, Cabo Verde representou um marco nas navegações ao servir de entreposto comercial, ponto de apoio às rotas marítimas, facilitando e ampliando possibilidades de exploração no resto do continente africano e na América e possibilitando um retorno mais seguro dos exploradores à Europa. Posteriormente, o arquipélago tornou-se exportador de administradores coloniais para o restante de África. Embora com nuances diferentes, o arquipélago ocupa até hoje uma posição estratégica geográfica e politicamente, sendo porta de entrada ou trecho de trajetórias maiores para diferentes partes do mundo. Tendo estabelecido uma democracia exemplar e um sistema político muito estável, Cabo Verde diferenciou-se de outras nações do continente africano, atraindo interesses de investidores externos, que apostam nesta estabilidade política e na posição de vanguarda do arquipélago para conquistar espaço em outros países africanos (Andrade, 2008).

É interessante notar como desde cedo, dadas as relações que Portugal desenvolvia com outros países, Cabo Verde serviu também de entreposto para outros países que se engajavam na expansão marítima de seus impérios. O arquipélago sempre esteve aberto ao mundo, de certa forma, e essa característica permitiu, eventualmente, sua diáspora. Para citar um exemplo, quando estive na Ilha do Fogo, contaram-me histórias da colonização diferenciada

da ilha e de como isso afetava até hoje o fluxo migratório. A Ilha do Fogo é marcada por uma emigração para os Estados Unidos, onde se localiza a maior comunidade cabo-verdiana fora do arquipélago. Segundo me contaram, a origem desse fluxo é fixada na época das grandes pescas de baleias, quando os baleeiros norte-americanos aportavam no Fogo e recrutavam cabo-verdianos para trabalharem nos barcos, o resultado disso foi um constante movimento entre Cabo Verde e os Estados Unidos que permitiu que algumas pessoas se instalassem na América e lá adquirissem raízes.

Com poucos recursos naturais a serem explorados, Cabo Verde desde cedo precisou lutar pela sua existência enquanto unidade povoada, estruturando sua economia de forma a suportar minimamente o peso das importações que eram necessárias para a sobrevivência no clima de pouca chuva e de difícil prática agrícola. De fato, uma série de vantagens comerciais foi oferecida pela Coroa Portuguesa para que a povoação do arquipélago começasse a se desenvolver. Uma vez estabilizada a sociedade, a diáspora acabou sendo uma estratégia bastante usada na busca pela sobrevivência e ascensão social. Para Mendes (2010), até hoje a busca por algo maior, por mais espaço para conquistas e ascensão é uma característica marcante do povo cabo-verdiano e uma essencial fonte de recursos para a nação que depende imensamente das remessas enviadas pelos emigrantes para os familiares que ficaram.

A literatura acerca da sociedade cabo-verdiana dá destaque à atualidade desses fluxos na estruturação da vida social no arquipélago. A sociedade de diáspora fomenta novas formas de sociabilidades em diversas faixas do espectro social. Os sujeitos convivem com o paradoxal destino de ter que se mover para se sentirem completos e de sentir falta da sua terra acima de tudo, a *sôdade* que é traduzida nas músicas cabo-verdianas, como as mornas (Dias, 2012; Vasconcelos, 2012). Lobo (2012), por sua vez, mostra como o movimento é complexo e abrangente, não se limitando à emigração do indivíduo adulto para fins de trabalho. A circulação é atomizada, ocorre entre as casas e famílias, com a circulação de crianças que realizam tarefas ou que são cuidadas por outras pessoas. Esse movimento pode ser complementar ao movimento mais amplo da emigração e funda relações de reciprocidade entre os indivíduos, fenômeno ao qual a autora se refere como “fazer família”.

A importância do movimento e a criação de estratégias que mantenham os laços familiares estão em evidência. A maioria das casas que visitei tinham vários porta-retratos com fotos de parentes que estavam na emigração. Certa vez, fui convidado a visitar a casa de uma senhora matriarca da família e lá me mostraram um gigantesco álbum com fotografias de

muitos parentes tiradas ao longo de vários anos. Sandra, neta dessa senhora, apontava cada uma das fotos e me contava o nome, relação de parentesco com ela, parte da trajetória e há quanto tempo aquela pessoa estava na emigração. Havia fotos de pessoas no álbum que ela nunca havia visto pessoalmente, mas que eram importantes para ela. Em outra oportunidade, na Ilha do Fogo, circulei pelas localidades da ilha em um transporte fretado por um parente da minha anfitriã que havia vindo dos Estados Unidos para fazer uma visita à família. Todo ano ele visitava a ilha, trazia presentes, fazia visitas, contava histórias e depois retornava aos Estados Unidos, onde vivia há muitos anos.

Mesmo 39 anos após declarar a independência, Cabo Verde ainda enfrenta desafios em relação à sua economia. Delgado (2012) e Mendes (2010), por exemplo, mostram como a economia de Cabo Verde debate-se em questões derivadas da sua condição climática, a descontinuidade do seu território, que exige uma replicação de sua infraestrutura a despeito do seu território parco, o desequilíbrio de suas contas externas e internas devido às altas taxas de importação etc. A tentativa de uma resposta a esses problemas vem na forma de diversos modelos de desenvolvimento e organização do Estado e da economia adotados pelo governo do arquipélago.

No primeiro momento após a independência, Cabo Verde se organizou em uma República monopartidária com tendências marxistas, tendo o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde no poder (Fernandes, 2012). A presença do Estado na economia era forte e o setor privado era anêmico e frágil, praticamente nulo. Esse modelo em que o estado se esforçava para garantir as condições básicas de sobrevivência e investia nas infraestruturas essenciais para o crescimento do país vigorou até 1990, quando a economia parou de responder a ele e o desenvolvimento do país estagnou-se. Uma série de novas medidas teve que ser tomada para retomar o crescimento do país que, até então, tinha sido exemplar (Mendes, 2010). Após esse período, o país adotou um sistema pluripartidário e um novo modelo econômico.

Segundo Mendes (2010), Cabo Verde adotou, em 1992, um modelo econômico liberal, com o Estado limitando cada vez mais sua presença no mercado e incentivando o setor privado, abrindo-se ao capital externo e tentando atrair empresas estrangeiras. Essa mudança, no entanto, esbarra em outro obstáculo: o limitado mercado nacional e a pouca competitividade e produtividade da economia cabo-verdiana em relação ao sistema mundial. Na abertura ao capital estrangeiro, esses obstáculos afetaram as empresas e os comerciantes locais, trazendo concorrências que exigem que os nativos lancem mão de estratégias para se

manter nos negócios.

Para citar um exemplo das transformações motivadas por essa abertura ao capital externo, trago as contribuições de Haugen e Carling (2005), que mostram como os comerciantes chineses começaram a se interessar pelo arquipélago, iniciando um movimento migratório para Cabo Verde e abrindo seus negócios no que os autores chamam de “bailuo shops”, lojas que vendem uma variedade de produtos. Essa entrada de chineses no mercado cabo-verdiano deu uma nova dinâmica ao consumo no país. Os autores descrevem como antes da chegada dos chineses, o comércio era limitado às “boutiques”, que são pequenas lojas que vendem produtos adquiridos em viagens pelo mundo, e aos africanos do continente que ocupavam os mercados municipais. A entrada dos chineses no mercado trouxe uma nova gama de produtos que não encontravam competição e eram vendidos a preços baixos, o que permitia que certas camadas sociais, que antes não possuíam nenhum poder de compra, comessem a consumir, o resultado era um negócio muito lucrativo para os chineses e uma transformação considerável no cotidiano do arquipélago.

Em minha incursão, pude observar a continuidade desse contexto pintado por Haugen e Carling (2005), com as lojas chinesas ocupando um lugar de fornecimento de produtos cotidianos, como artigos para o lar, calçados e roupas. O mercado Sucupira ainda é ocupado pelos africanos do continente, seja no interior, seja na sua periferia, além, é claro, dos cabo-verdianos que negociam lá dentro. A outra ponta do mercado referida pelos autores, isto é, aqueles que comprem seus produtos em viagens e revendem no arquipélago, também está presente, são as *rabidantes*.

Lobo (2012b) mostra como essa categoria de comerciantes é ampla, abarcando desde mulheres que fazem doces e os vendem na calçada de casa, às mulheres que empreendem grandes viagens periódicas a certos países para comprar produtos e revendê-los em Cabo Verde. Com a entrada dos chineses no mercado, essas *rabidantes* tiveram que se reinventar, elaborar discursos que denegrissem o produto chinês e promovessem o próprio, apostando na criatividade e exclusividade de seus produtos para manter uma clientela fiel. Todavia, tanto Haugen e Carling (2005) quanto Lobo (2012b) mostram como parece haver uma tendência para a diminuição do volume de negócios realizados por uma ponta e outra. Os primeiros mostram como isso acontece pela proliferação de bailuos, o que cria uma competição acirrada entre os próprios chineses e diminui as margens de lucro, eventualmente fazendo com que alguns fechem as portas. A segunda autora, por sua vez, mostra como há um discurso entre as *rabidantes* que dá conta da diminuição dos negócios, da dificuldade de se manter

ativo e mostra como isso reflete, por exemplo, na indústria têxtil de Fortaleza, no Ceará, onde a autora acompanhou algumas *rabidantes* em suas viagens para comprar seus produtos.

A abertura de mercado, no entanto, não demanda constantes esforços apenas dos comerciantes que querem se manter nos negócios. Esforços governamentais também são necessários para contornar os obstáculos existentes para que o arquipélago atraia capital estrangeiro em outras áreas que não o comércio. As estratégias utilizadas ainda devem ter o cuidado de não interferir no mercado ou frear o crescimento social do país. As principais soluções vêm na forma da renda transferida pelos cabo-verdianos que estão na diáspora e dos donativos e protocolos de cooperação internacionais, como os da China, que permitem investimentos na infraestrutura que o arquipélago exige para se desenvolver, ou os protocolos assinados com Luxemburgo e Portugal, que permitem todo um conjunto de investimentos técnicos e econômicos que visam melhorar o país, funcionando em ciclos cooperativos, para citar apenas alguns exemplos.

Sobre a identidade – a cabo-verdianidade

Além de sua condição econômica e histórica, outro fator que é essencial para entender Cabo Verde é a sua questão identitária, que perpassa também sua relação com o continente africano e com as entidades internacionais de ajuda e a busca por investimentos no país.

Localizado na costa ocidental do continente africano, Cabo Verde possui uma forma flutuante de se identificar com esse continente. Ora Cabo Verde é África, ora não possui ligações fortes com o continente. Seu processo de colonização foi diferente, o arquipélago não proporcionava condições para ser explorado, não havia população para ser escravizada e exportada, não havia cana-de-açúcar, não havia ouro. Mendes (2010) atribui o povoamento da Ilha de Santiago à Carta Régia da Coroa Portuguesa de 1466, que concedia uma série de privilégios a quem se dedicasse a colonizar o arquipélago. Essas vantagens incentivavam o comércio de escravos trazidos do continente. A colonização do arquipélago se fazia extremamente necessária, dada a sua posição geográfica estratégica no triângulo África-América-Europa.

Apesar da dinâmica colonizadora que pressupunha um forte marcador entre os portugueses e os africanos, Fernandes (2012) chama a atenção para a necessidade imposta pelas grandes secas e fomes para que africanos e portugueses se unissem e garantissem a subsistência, borrando as fronteiras entre os dois grupos étnicos e criando uma vivência

diferenciada das outras colônias. A proximidade e necessidade de sobrevivência criaram marcadores mais fluidos entre os dois grupos, eventualmente permitindo uma mestiçagem que criou um grupo intermédio entre os brancos europeus e os negros africanos que, segundo Hirsch (2009), sempre tendeu para o lado branco/europeu, preterindo as raízes e os costumes africanos. Chamados de filhos da terra, esse grupo logo se constituiu em uma forte elite que substituiu a elite portuguesa que vivia em decadência graças às condições pouco favoráveis providas pelo arquipélago ao crescimento econômico nos moldes da colonização portuguesa, isto é, a exploração de riquezas naturais, agricultura de exportação e tráfico de escravos (Ndjai, 2012).

Ao longo de todo um processo, uma identidade que valorizasse a mestiçagem como um fator que aproximasse Cabo Verde da Europa, afastando-o, conseqüentemente, de África foi sendo construída. Um conjunto de valores era almejado com essa aproximação e esse distanciamento, a saber, a civilidade que a Europa presumivelmente representava, e a primitividade evocada pela figura estereotipada da África conquistada e subjugada pela colonização, respectivamente. Ndjai (2012) mostra, por exemplo, como essa elite cabo-verdiana era enviada para as outras colônias, como administradores e até chefes de presídios na Guiné, ocupando de bom grado os cargos que a metrópole designava e gerando algum rancor entre os colonizados do continente.

Embora essa nova elite tenha florescido de certo modo, ela ainda se ressentia do tratamento diferenciado que recebia, dado seu carácter mestiço. O processo de valorização dessa mestiçagem tinha que ser contínuo e isso se traduziu no processo de independência intelectualizado, onde as elites da terra tomaram a frente no processo de construção de uma identidade que representasse Cabo Verde (Fernandes, 2012).

A negação das raízes africanas é um forte componente do que se convencionou chamar de cabo-verdianidade. Essa identificação é um complexo movimento ideológico e, por vezes, perverso que resulta, por exemplo, no isolamento dos imigrantes do continente africano. Segundo me contaram, e conforme observei em lugares como o mercado Sucupira, os imigrantes tem um espaço muito limitado na vida social de Praia, estando muitas vezes reunidos nas periferias, confraternizando entre si e fortalecendo sua própria identidade africana. Minha experiência na capital trouxe-me algumas oportunidades de observar esse afastamento, principalmente no âmbito da Universidade de Cabo Verde, o berço da minha pesquisa:

Bernardo: mas você é africana, nós todos somos africanos.
Mirela: não, não! Eu sou cabo-verdiana, é diferente.

Bernardo: como é diferente? Cabo Verde é África!

Mirela: sou cabo-verdiana de raça africana! (Diário de campo, 24 de janeiro de 2014, traduzido do crioulo)⁷

O diálogo se deu entre uma aluna do curso de Ciências Sociais e um aluno do curso de História que era um notório membro do movimento rastafári⁸ na Universidade. Essas duas pessoas, sempre que se encontravam, acabavam engajadas em conversas acerca da identidade africana do povo cabo-verdiano, chamando minha atenção para essa questão. É possível ver tanto uma relativa aproximação, mas com o estabelecimento de uma barreira em relação às raízes africanas, quanto o movimento oposto, o de retomada das origens, quebra dessa barreira. Por vezes esses embates se reproduziam nas salas de aula e cisões graves surgiam das discussões mais acaloradas.

Trajano Filho (2008) se refere ao fenômeno de formação identitária como “crioulização”, isto é, “a dinâmica social em que se misturam, chocam e interpenetram forças, processos, valores e símbolos oriundos de duas vertentes civilizatórias – a africana e a europeia – dando luz a uma entidade terceira” (p. 95). O processo não é unidirecional ou estático, uma vez que as forças que deram início ao processo não desaparecem, elas permanecem no interior da sociedade, fomentando a heterogeneidade e mantendo vivas relações de poder (Trajano Filho, 2003). As forças portuguesas e africanas (mas não só elas) movimentam-se no interior da sociedade cabo-verdiana num turbilhão que arrasta vários discursos e influências, proporcionando uma dinâmica diferenciada ao processo de formação identitária. O diálogo acima e a análise do seu pano de fundo permitem observar o resultado dessa interpenetração de forças. Isto é, o rastafári que estabelece sua raiz em África, usa exclusivamente a língua materna e reivindica uma cosmologia africana, e a cabo-verdiana que não nega a origem em África, mas coloca um grau de separação que vai posicioná-la no intermédio África-Europa.

O afastamento de África é ideológico, no sentido em que visa, no nível do discurso, afastar Cabo Verde de uma imagem estereotipada do continente como miserável, pobre, subdesenvolvido, selvagem e, em última instância, negro (Mbembe, 2001). Mas esse afastamento também é estratégico no sentido em que visa aproximar o país das nações mais

⁷ Fui a campo sem saber falar a língua crioula, o que me trouxe alguns problemas a princípio, pois, no cotidiano, é esta, e não a língua portuguesa, que é falada constantemente. Depois que formei laços, meus amigos se esforçaram para traduzir aquilo que eu não entendia. Os créditos das traduções vão todos para eles.

⁸ Entre outras coisas, o movimento rastafári é uma entidade política cultural conhecida por defender uma aproximação com o continente africano e um afastamento da influência europeia. A característica que mais me marcou foi a recusa em falar português, o que privou meu acesso a eles, restando-me ouvir seu discurso por outras vozes. A própria existência desse movimento chama a atenção pela necessidade de se demandar um retorno àquilo que foi esquecido ou suprimido.

desenvolvidas, fortalecendo laços e buscando uma inserção privilegiada no sistema mundial, usando sua estabilidade política como bandeira para se promover e se apoiando sempre na miscigenação para justificar esse movimento. No entanto, são forças externas e condições internas dadas a priori, como as características climáticas e a descontinuidade territorial, que determinam a classificação do país como parte do conjunto de países que precisam de ajudas para desenvolver-se, agregando-as ao conjunto dos países africanos marcados pela colonização. É um jogo elaborado que exige que olhemos de perto, para o cotidiano, e de longe, para as relações entre nações no sistema mundial, para entender as dinâmicas envolvidas nesse movimento em relação ao continente africano.

Talvez fosse possível afirmar também que a aproximação não é sempre uma atribuição externa, sendo vantajoso que a nação insular por vezes se aproxime voluntariamente dessa imagem de África marcada pela colonização, atraindo sobre si os olhares da comunidade internacional. Seria uma estratégia válida, ainda mais em um contexto em que a comunidade internacional se mobiliza rapidamente quando sua ajuda projeta sobre o mundo a imagem positiva da nação doadora, conforme afirma Silva (2008). Dentre as diversas motivações para as doações, uma se destaca no contexto dos países que se encontram em desenvolvimento dado o seu status histórico de colônias: a reparação de dívidas históricas. Andrade (2008) conta como Aristides Pereira, primeiro presidente da nação livre de Cabo Verde, foi à Portugal em 1979, defender a criação de laços de cooperação que compensassem a atual situação das ex-colônias, situação essa que recaía na conta da ex-metrópole.

Um mergulho mais profundo nos discursos oficiais mostra que esse movimento de aproximação voluntária é incompatível com a identidade resultante do processo de formação da nação cabo-verdiana, uma identidade marcada pelo orgulho. A aproximação de Cabo Verde à África é muito mais vertical, parte do Norte para o Sul, no sentido em que são índices, conceitos e noções que partem dos países desenvolvidos e de um discurso hegemônico que vão classificar os países subdesenvolvidos a despeito de como eles se enxergam ou de como constroem sua identidade.

Da relação com outras nações

A verticalidade na aproximação de Cabo Verde da imagem da África selvagem e atrasada é característica das negociações que se dão no campo de poder. E é nesse campo que se desenvolvem as relações entre as nações no âmbito da cooperação internacional, essencial

para o desenvolvimento de nações como Cabo Verde. São noções sobre o que é desenvolvimento, quais modelos devem ser adotados, em quais condições e quais valores devem ser cultivados que partem de cima para baixo. Decisões são tomadas com uma participação dos estados ajudados, é claro, mas são muito baseadas nas experiências dos países que proporcionam os recursos.

Todo esse processo de negociação é desenvolvido com o pretexto da harmonização política e alinhamento dos valores das nações em desenvolvimento aos valores de democracia, liberdade, paz e direitos humanos das nações do Ocidente (Mendes, 2010). Isso impõe, de certa forma, riscos para as nações ainda em formação, limitando sua experiência e seu campo de experimentação de modelos e o leque de estratégias que poderiam ser usadas para alcançar o desenvolvimento, levando em consideração que estamos diante de contextos históricos bastante diferenciados.

Mendes (2010), no entanto, mostra como os países em desenvolvimento são otimistas em relação ao seu crescimento, apostando na independência política (que, no caso cabo-verdiano, traduz-se como estabilidade) que alcançaram com muita luta e na força e disposição de experimentar diversos modelos e políticas internacionais sempre que em harmonia com a política interna, desde que esses movimentos impulsionem seu crescimento. Com Cabo Verde não é diferente. O país conta com os vários acordos internacionais de que faz parte para se desenvolver e esses acordos preveem mudanças institucionais para adequação aos padrões externos, ditam investimentos e prioridades, assim como fazem recomendações sobre atitudes apropriadas a serem tomadas pelo país para otimizar aquele investimento.

A cooperação internacional em Cabo Verde possui duas vertentes principais: a cooperação Norte-Sul, exemplificada principalmente pelas relações com a União Europeia; e a cooperação Sul-Sul, onde se desenvolvem relações entre países em desenvolvimento. Entre os parceiros privilegiados na cooperação com Cabo Verde, destaco a China, cujas relações históricas com o arquipélago remontam à década de 50; Luxemburgo, que possui acordos de cooperação em diversas áreas e Portugal, que aposta na língua comum e no forte laço histórico para manter sua relação cooperativa com Cabo Verde. O apoio português a Cabo Verde é inegável, sendo o maior exemplo atual o acordo de paridade monetária, mais à frente mencionado. Além desses, o país ainda conta com acordos com instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que são qualificadas também no âmbito Norte-Sul. Como são as relações entre a China e Cabo Verde que analiso nesse trabalho, trago a cooperação Norte-Sul aqui apenas como um exemplo que me ajude a

qualificar a cooperação chinesa como um conjunto diferenciado de relações.

A adesão de Cabo Verde, em 2003, aos termos do Banco Mundial, que “financia ações muito diferenciadas, em nível de gestão macroeconômica, da redução da dívida, de reformas institucionais, recursos humanos e infraestruturas” (Mendes, 2010, p. 105) é um exemplo da imposição externa de condições para financiamentos no âmbito da cooperação multilateral, onde estão em jogo diversos valores e discursos que criam uma tensão. Todas as áreas de atuação do Banco Mundial são áreas que carecem de melhorias para tornar a economia cabo-verdiana sustentável, segundo o modelo adotado ainda na década de 90. Todas essas reformas têm como objetivo o aumento da produtividade e competitividade da economia, tentando contornar os obstáculos com investimentos nas áreas citadas e permitir uma inserção cada vez maior no sistema mundial. Essa inserção no sistema, todavia, pode ser problemática, uma vez que cobranças e pressões vão sendo feitas nessa transição de um sistema a outro, mesmo que as condições básicas para sobrevivência da economia cabo-verdiana não tenham sido plenamente atingidas.

As relações de cooperação que Cabo Verde mantém com Portugal são dignas de nota. Conforme já dito, desde a independência a nação cabo-verdiana voltou-se para a ex-metrópole, lançando mão de um discurso que responsabiliza Portugal pela situação econômica e social e demandava que relações de cooperação fossem iniciadas, para que a dívida histórica fosse quitada (Andrade, 2008). Portugal adotou o modelo de ajuda pública Norte-Sul em relação às suas colônias e consolidou sua cooperação no Programa Indicativo de Cooperação (PIC), um pacote de recursos destinados a investimentos variados considerados estruturantes para Cabo Verde. O PIC é caracterizado por ser cíclico, abrange um intervalo de 3 a 4 anos, podendo ser renovado quando os países estiverem de acordo. Como ilustração, trago alguns dados obtidos no PIC de Portugal para Cabo Verde que abrange os anos de 2008 a 2011, momento essencial para Cabo Verde, por se tratar do seu período de transição da categoria de Países Menos Avançados para a de Países em Desenvolvimento Médio.

O PIC 2008-2011 foi o segundo documento do tipo desenvolvido pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD (2008), sendo o primeiro a ter seus recursos destinados para investimentos realizados no período de 2005 a 2007. Os preceitos que animam o PIC 2008-2011 são a adesão à Organização Mundial do Comércio e o aprofundamento das relações entre a União Europeia e o arquipélago, onde Portugal reivindica o papel de maior defensor de Cabo Verde no parlamento europeu, além da graduação de Cabo Verde no que tange ao seu desenvolvimento.

Os eixos nos quais funciona o PIC Portugal são: a “boa governação, participação e democracia (...), o desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza (...) e a concretização de um cluster de cooperação” (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2008, p. 6). A boa governação e a democracia são valores que permeiam toda a cooperação Norte-Sul e condicionam as ajudas externas para o desenvolvimento, insisto nesse ponto, pois, conforme trago à frente, a China, que se localiza em outra via da cooperação, busca não impor condições para sua ajuda. O desenvolvimento sustentável a que o documento se refere diz respeito ao aprimoramento de capacidades que permitam ao país continuar a crescer e se destacar na busca pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mesmo com a retirada gradual da ajuda externa ao país. O cluster de cooperação, por sua vez, consiste em

Uma intervenção integrada, centrada num projeto estratégico em torno do qual se desenvolvem outros, complementares, de menor escala, com um enquadramento comum de forma a aumentar a sustentabilidade e impacto a longo prazo. (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2008, p. 6)

Atuando nesses eixos e buscando resgatar o forte laço histórico que justifique a sua cooperação, Portugal se coloca como peça essencial do desenvolvimento cabo-verdiano, estando em uma posição privilegiada em relação a outros doadores graças à língua comum e os laços históricos compartilhados. Cabe dizer que no documento, em momento algum, se diz qual é o laço histórico, que é sabido ser o da colonização. Isso talvez seja indício da construção de um discurso, por parte de Portugal, que busca construir uma imagem frente a comunidade internacional que não seja maculada pela colonização, mas que seja reconhecida pelo bem que o país se esforça para trazer àquelas nações que partilham da lusofonia, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Uma breve colocação em relação à cooperação portuguesa em Cabo Verde deve ser feita: em 1998, Portugal e Cabo Verde assinaram o Acordo de Cooperação Cambial, o que abriu uma linha de crédito que permite que Cabo Verde tenha sua moeda, o escudo cabo-verdiano, pareado com o euro. Tal acordo protege Cabo Verde dos impactos negativos da variação cambial e protegeu a economia do país na última crise mundial. Em 2008, em um discurso que celebrava o décimo aniversário do acordo, o Primeiro-Ministro cabo-verdiano, José Maria Neves, fez questão de ressaltar a excelência das relações entre os dois países. Neves também afirmou o esforço que Cabo Verde realiza para que os critérios que permitam a união da moeda sejam atendidos, o que, em termos técnicos, tornaria Cabo Verde um membro da União Europeia. No mesmo discurso, o dirigente do país afirmou a chegada de

Novos tempos, em que a ascensão de Cabo Verde a país de rendimento médio coloca novos desafios que exigem novas abordagens e novas soluções. Novos

tempos também marcados pela adesão de Cabo Verde à OMC, significando um maior grau de abertura da economia, apelando para o reforço imprescindível da competitividade externa do país. (Neves, 2008, online)

O agradecimento à participação portuguesa nos eventos que levaram o país até ali e o pedido para que Portugal continuasse a caminhada conjunta no novo caminho que Cabo Verde adentrava permeiam o discurso, mostrando a importância dessas relações na construção de uma “economia desenvolvida e competitiva” (Neves, 2008, online).

Outro exemplo interessante é o dos protocolos de cooperação que Cabo Verde assina com Luxemburgo. Segundo diversas notícias que encontrei na mídia online de Cabo Verde (A Semana, julho de 2014; Expresso das Ilhas, setembro de 2013; A Nação, março de 2014), Luxemburgo tem uma longa trajetória de cooperação com Cabo Verde, remontando à década de 80. Essa relação de cooperação intensificou-se ao longo dos anos até culminar formalmente na assinatura, em 2002, do primeiro Programa Indicativo de Cooperação de Luxemburgo para Cabo Verde (Expresso das Ilhas, setembro de 2013). Mais dois acordos dessa natureza foram assinados e os dois governos dialogam para elaborar as metas de um quarto programa.

O PIC consiste em um montante (que aumenta a cada acordo) doado pelo governo de Luxemburgo para que o governo de Cabo Verde distribua, segundo critérios preestabelecidos em diversas reuniões e visitas oficiais. Os projetos geralmente atendem as áreas de “saúde, educação, abastecimento de água, saneamento, meio ambiente e energias renováveis” (Panapress, março de 2014). A maior parte do dinheiro é distribuída para ONGs, para que estas descentalizem os recursos e alcancem uma capilaridade maior, um fenômeno que Andrade (2008) chama de ongenização dos Estados, isto é, quando ONGs assumem papéis que são essencialmente estatais, mas que os Estados não conseguem lidar. No caso de Cabo Verde, a transição para o modelo liberal acaba por deixar as infraestruturas e as áreas básicas, como educação e saúde, fora do mapa de prioridades do governo, que precisa concentrar seus esforços para evitar que a economia não entre em colapso.

Segundo o jornal A Semana (julho de 2013), somente Luxemburgo, Holanda, Noruega, Suécia e Dinamarca cumprem um acordo fechado em 1970 em uma Assembleia Geral das Nações Unidas que estabelecia que os países mais desenvolvidos deveriam dedicar pelo menos 0.7% do PIB para o desenvolvimento dos países mais pobres. No caso específico de Luxemburgo, Cabo Verde é o terceiro maior beneficiário dessas reservas, fato que é atribuído pelos dois governantes à boa integração da comunidade cabo-verdiana em Luxemburgo. O presidente de Cabo Verde, José Carlos Fonseca, em uma visita à comunidade

cabo-verdiana em Luxemburgo, afirmou que “os cabo-verdianos são os melhores embaixadores de Cabo Verde” (Expresso das Ilhas, setembro de 2013), afirmando que é a boa imagem que eles transmitem ao governo de Luxemburgo que permite e fomenta as conversas de cooperação⁹.

O ciclo de investimentos que marca o PIC Luxemburgo envolve uma série de obras e investimentos que levam a bandeira de Luxemburgo e o rótulo da “Cooperação Luxemburgo-Cabo Verde”, além de momentos rituais como as visitas do primeiro-ministro de Luxemburgo a Cabo Verde, onde ocorrem inaugurações das obras realizadas no âmbito da cooperação bilateral, reuniões de balanço, assinatura de novos tratados, felicitações e promessas de novos protocolos. Os exemplos mais visíveis dessa cooperação são os centros técnicos e profissionalizantes e a Escola de Hotelaria e Turismo. Ambos são centros de ensino técnico que visam especializar a população e qualificar a mão de obra para preencher os nichos indicados como essenciais para o desenvolvimento sustentável em Cabo Verde, como setor de prestação de serviços e o setor turístico.

Em uma notícia de março de 2014, o jornal A Nação indica a vontade de Luxemburgo de flexibilizar a cooperação, ampliando seus investimentos para áreas como o setor privado. Essa vontade foi manifestada em um importante evento no âmbito da cooperação Luxemburgo-Cabo Verde que acontecia às vésperas da chegada do primeiro-ministro do país doador a Cabo Verde: a reunião da XV Comissão de Parceria Bilateral, em que os resultados dos investimentos do PIC foram discutidos. Nessa reunião, o ministro das Relações Exteriores de Cabo Verde ressaltou a natureza amistosa das relações entre os dois países, reconheceu os esforços de Luxemburgo para integrar a comunidade cabo-verdiana e declarou o desejo de expandir as relações entre os dois países para o setor privado, procurando atrair cada vez mais empresários para investirem nesse setor. Assim, é importante notar que a cooperação com Luxemburgo não se limita às ajudas e doações, mas busca desenvolver relações que vão por outros caminhos.

Em um discurso proferido em 2014, por ocasião da visita de Xavier Bettel, primeiro-ministro de Luxemburgo, a Cabo Verde, Neves declarou a felicidade que sentia com a excelência nas relações diplomáticas entre os dois países, na qualidade das operações que ocorriam no seio da cooperação e reafirmava sua vontade de continuar a expandir essas relações. Os destaques eram para as obras da Escola de Turismo e a Escola Secundária de

⁹ Esse é claramente um discurso que se volta para os cabo-verdianos da diáspora com o objetivo de reforçar as identidades daqueles que estão fora, delegando a eles a responsabilidade de ajudar o país a manter boas relações diplomáticas que são a chave da sobrevivência no âmbito dos acordos bilaterais de cooperação.

Ponta Verde que, segundo o primeiro-ministro cabo-verdiano, respondia “a um dos desideratos da governação de capacitar os recursos humanos e produzir conhecimento propiciador de crescimento económico” (Neves, 2014, online). O discurso foi encerrado com uma declaração de

Total disponibilidade do Governo de Cabo Verde em continuar a estreitar as relações bilaterais político-diplomáticas, de amizade e de cooperação, estendo-as ao âmbito multilateral, designadamente no quadro das Nações Unidas e da União Europeia e, mais particularmente, da Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia, unidos que estamos pela **partilha de valores universais** e interesses convergentes (Neves, 2014, online, grifo meu).

Novamente os valores Ocidentais aparecem nos discursos. As doações condicionadas aos valores de boa governação e democracia são a marca da cooperação Norte-Sul; e Cabo Verde precisa se adaptar a esses valores em resposta às doações que recebe. Outro ponto interessante e que a princípio não me atentei é o da Parceria Especial com a União Europeia.

A Parceria Especial firmada em 2007 prevê a geração de facilidades para cabo-verdianos que desejam obter vistos para circular na União Europeia. Ora, conforme afirmei mais acima, o cabo-verdiano é um indivíduo que circula, a sociabilidade cabo-verdiana é marcada pelo movimento, sendo interessante que haja possibilidades de facilitar esse fluxo. O acordo com a União Europeia caminha nesse sentido.

A facilidade não é gratuita, no entanto. Cabo Verde possui um posicionamento estratégico para aqueles que desejam ingressar no fluxo migratório, constituindo-se em um país de trânsito para os africanos do continente que sonham chegar à Europa (Lobo, 2013). Sendo assim, em troca da facilidade proporcionada pela Parceria Especial, Cabo Verde precisa aumentar a vigilância de suas fronteiras e impedir que a imigração ilegal aconteça em seu território. Para tanto, o arquipélago acaba por afastar-se ainda mais do continente, recrudescendo sua política de imigração e restringindo as possibilidades de entrada de quem vem do continente, além de militarizar suas fronteiras, que são de difícil monitoramento, dada a descontinuidade do território. Os movimentos que o arquipélago precisa realizar para se adequar às normas do acordo de cooperação com a União Europeia são notáveis.

Outro exemplo instigante para pensar a cooperação internacional em Cabo Verde é o caso da China, tema central nesse trabalho que será analisado detalhadamente no próximo capítulo. Digo instigante, pois ele parece se colocar em oposição às políticas condicionalistas de cooperação da União Europeia.

A relação entre China e Cabo Verde possui raízes históricas anteriores à própria independência. Segundo Tavares (2010), elas datam da década de 60 do século passado. Com

o fim das tentativas de diálogo por parte do PAIGC¹⁰ com a metrópole e o endurecimento da luta pela independência, a China ofereceu suporte e formação militar, enquanto as potências ocidentais viam com maus olhos as tentativas de independência em África e a URSS permanecia distante da situação.

A grande motivação chinesa para tomar partido na independência das colônias africanas, segundo Andrade (2008), era a vontade de ocupar a vanguarda do terceiro mundo, unindo o máximo de nações que podia sob a sua égide. A dinâmica da guerra fria e a consequente cisão entre a URSS e a China, no entanto, afastaram esse objetivo das mãos chinesas e, no caso de Cabo Verde, representaram um fim das relações, que já eram abaladas, pois Amílcar Cabral, que não se identificava com o comunismo, mantinha uma rígida postura de não alinhamento. As relações foram retomadas logo após a independência, eliminando-se as tensões partidárias e adquirindo um caráter estatal, de cooperação entre os países (Tavares, 2010).

Em 2005, Cabo Verde, dado seus índices de desenvolvimento humano e econômico, graduou-se de País Menos Avançado para País de Desenvolvimento Médio, o que marcou uma virada na forma como esse país receberia investimentos externos. O processo de transição iniciou-se em 2008 e durou 5 anos, terminando a 31 de Dezembro de 2013, consistindo em uma série de mudanças e rearranjos institucionais e econômicos que preparassem Cabo Verde para os impactos que o fim das ajudas públicas representaria. Sem poder contar com os empréstimos sem juros das nações doadoras, Cabo Verde teria que se submeter quase que exclusivamente a empréstimos dos órgãos multilaterais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, o que representaria um aumento considerável das dívidas do país. A estratégia adotada consistiu em aproveitar ao máximo o período de transição como uma janela para obter mais investimentos e doações sem juros para fortalecer as infraestruturas, que são, ao mesmo tempo, os grandes gargalos na produtividade e a chave para inserir Cabo Verde na competitividade do sistema mundial de comércio em uma posição minimamente adequada.

É no fortalecimento dessas infraestruturas que a cooperação com China se faz mais forte e presente, mesmo conservando um caráter misto em seus investimentos. Sendo assim, a China trabalha tanto com concessão de ajuda gratuita quanto na procura de nichos no mercado cabo-verdiano para implementação de empresas chinesas e de parcerias público-privadas,

¹⁰ Partido Africano pela Independência de Guiné e Cabo Verde. Tendo alcançado a independência e com o consequente golpe político ocorrido em Guiné-Bissau, o PAIGC logo se dissolveu, mantendo-se até hoje em Cabo Verde sob a sigla PAICV: Partido Africano para a Independência de Cabo Verde.

aproveitando a corrida pelas privatizações que o governo cabo-verdiano precisa promover para se adequar ao mercado mundial (Rede Kriol, novembro de 2013).

Cabe ainda comentar que a cooperação entre China e Cabo Verde pressupõe, a nível do discurso oficial, um princípio de humildade e de não intromissão nas políticas internas, um pacto de respeito mútuo à soberania dos dois países envolvidos (Expresso das Ilhas, abril de 2013; A Nação, setembro de 2014). O que se traduz em dar espaço para que o governo de Cabo Verde, baseado em seus próprios valores, princípios, ideologia e prioridades, decida onde posicionar os empreendimentos financiados pela China.

Finalizando, o contexto social e histórico cabo-verdiano aqui ilustrado traz o movimento e a circulação em seu bojo. O país é marcado pelo fluxo de bens, serviços e pessoas. Os cabo-verdianos circulam pelo mundo e difundem a cultura e a identidade nacional desse arquipélago que é quase invisível no mapa, mas que é essencial para a análise dos discursos oficiais de cooperação e das dinâmicas migratórias entre o mundo em desenvolvimento e o mundo desenvolvido. O que é essencial para ser retido ao final deste amplo contexto é a característica de Cabo Verde enquanto um país aberto ao mundo e que espera que o mundo esteja aberto a ele; um país que construiu sua identidade com base no orgulho e na disposição de crescer e se desenvolver. E cabe reter ainda o duplo caráter da cooperação internacional, isto é, a cooperação Norte-Sul que promove valores enquanto condições para a ajuda, e a cooperação chinesa que se baseia no princípio de não-intervenção e de mútuo respeito à soberania na construção de suas relações.

CAPÍTULO 2 – O DRAGÃO EM ÁFRICA - VISITANDO CABO VERDE

No Palmarejo, bairro onde eu morava na cidade da Praia, havia uma praça central. Essa praça era uma enorme rotunda, ou balão, de onde partiam caminhos para várias partes do bairro e da cidade. Padarias, mercados, lojas de materiais de construção, bancos, restaurantes, a loja da CVMóvel, empresa de telefonia de Cabo Verde, e muitos outros estabelecimentos ficavam localizados à volta dessa praça.

Em uma das muitas esquinas que davam nessa praça, tinha uma grande fachada ocre com uma porta vermelha de metal que se abria para um escuro ambiente irreconhecível para quem via de fora. Nada na fachada ou na porta indicava o que era aquele lugar. Na frente, havia somente um homem que, a julgar pela máquina de costura, oferecia um serviço de conserto de roupas.

Com a proximidade do Carnaval, algumas mercadorias temáticas começaram a ser expostas no pequeno círculo de luz que vinha da rua e entrava pela porta aberta. Assim, reparei finalmente na loja e entendi que era uma das lojas de utilidades gerenciadas pelos chineses. Claro que já havia visto várias delas, era impossível andar pela cidade sem notá-las. Havia uma gigantesca no Plateau, o centro da cidade. A loja chamava-se Chinatown, tinha uma fachada azul, letreiros iluminados e vitrines que exibiam os mais variados produtos, de cadernos a jarros e ornamentos. Aliás, na mesma avenida, a Amílcar Cabral, havia várias lojas de chineses, a Chinatown era só a mais chamativa delas. As outras variavam em tamanho, sofisticação do ambiente, organização e sinalização. Mas quase todas tinham um elemento em comum que eu não conseguia deixar de notar: funcionárias cabo-verdianas que circulavam nos espaços, enquanto os chineses ficavam no caixa falando chinês entre si.

Voltando ao Palmarejo, entrei na loja certo dia, pois procurava um certo sapato que havia achado caro no Sucupira, um famoso mercado local cheio de vida e movimento, com dezenas, senão centenas, de vendedores. A loja era surpreendentemente grande por dentro e vendia uma variedade estonteante de produtos. Dei uma volta, encontrei o sapato:

– Kel li e quanto?¹¹ – perguntei a um chinês que me vigiava, arriscando no crioulo misturado com português que eu às vezes tentava falar quando estava sozinho.

– 700 escudos – respondeu-me, secamente, o chinês.

Como esse mesmo modelo de sapato me custaria pelo menos 2000 escudos cabo-

¹¹ “Quanto é esse aqui?” na tradução para o português.

verdianos¹² no Sucupira e o dinheiro estava no fim, resolvi comprar. Não havia atendentes cabo-verdianos e no caixa não trocamos palavras, só o dinheiro.

Alguns dias depois, voltei à loja e duas coisas me chamaram a atenção. De imediato, notei que havia uma atendente cabo-verdiana para quem poderíamos perguntar os preços dessa vez, o que facilitava andar em uma loja com tantos produtos e opções, e onde, muitas vezes, os produtos eram chamados por outros nomes. A segunda coisa notável foi a interação que tive com o atendente do caixa na hora de pagar pelo sapato de mesmo modelo (mas de cor diferente) que eu havia comprado anteriormente:

– 850 escudos. – disse o chinês no caixa.

– Kusê?¹³ – perguntei desconfiado.

– 850 escudos. – ele repetiu.

– Como 850? N' ta paga 700 escudos na mesmo sapato li sim na semana passada!¹⁴

O que se seguiu foi um intenso diálogo em que eu dizia que queria pagar o mesmo preço e o chinês reclamava em tom lamurioso que 700 escudos era muito pouco e que era impossível que eu tivesse comprado o sapato por esse preço. Enquanto conversávamos, percebi, totalmente espantado, que o chinês falava em crioulo e que a atendente cabo-verdiana não havia se manifestado, fiquei muitíssimo impressionado já que, em nenhuma das minhas compras anteriores, havia presenciado chineses falando crioulo. No fim, saí da loja insatisfeito por ter pago 750 escudos e o chinês ficou ainda mais insatisfeito por dar o desconto.

Um caso deveras banal, mas que traz questões interessantes no que toca as relações sociais que se desdobram no cotidiano advindas da presença estrangeira entremeada na vida social do arquipélago. Do chinês que aprendeu a falar crioulo, ao possível (e provável) dano causado ao mercado local com os baixíssimos preços operados pelos chineses, tudo isso se mostra em uma simples ida ao comércio mais próximo. Sendo assim, observo dois eixos principais a serem analisados nesse cotidiano: as relações desenvolvidas no mercado e a instrumentalização da língua crioula pelos chineses que buscam se integrar ao dia a dia cabo-verdiano na posição de fornecedores de bens de consumo.

A questão da língua crioula sendo aprendida por um chinês, por exemplo, é indicativo

¹² À época, os cálculos de câmbio nos quais eu me baseava eram o seguinte: 110 escudos cabo-verdianos equivaliam a um euro que, por sua vez, equivalia a três reais e vinte centavos. Nessa base, o sapato que me custaria 64 reais, seria vendido por 23 reais, aproximadamente, em uma loja chinesa.

¹³ “O quê?”.

¹⁴ “Na semana passada, eu paguei 700 no mesmo sapato aqui nessa loja!”.

de uma estratégia de integração desse povo ao cotidiano da Praia, capital de Cabo Verde, já que a língua crioula, que é língua materna, mas não é a língua oficial do arquipélago, é uma ferramenta de afirmação nacional, um mecanismo de identificação que o cabo-verdiano lança mão para afirmar sua nacionalidade (Dias, 2002; Duarte, 2003). Segundo Andrade (2008), os chineses possuem uma integração muito boa com a sociedade cabo-verdiana, no sentido em que são pacíficos e evitam conflitos com a sociedade local, muitas vezes preferindo ficar próximos dos seus iguais (o que também implica em reservar os conflitos a essa esfera). No entanto, é preciso perguntar: qual o nível de aprendizado dessa língua? Seu uso não é apenas instrumental, uma estratégia para agregar valor ao seu negócio e um apelo à língua materna que possui, em termos oficiais, uma condição subalterna, mas que é essencial na vida cotidiana do arquipélago? Minha pesquisa não me forneceu indícios suficientes para uma resposta, mas é essencial registrar essa questão.

Outro ponto interessante a ser notado na situação narrada, é a enorme diferença no preço do sapato comprado por mim em comparação à opção vendida no mercado local, diferença esta que se estende para todos os outros produtos que tive a oportunidade de comparar. O preço praticado pelos chineses cria uma forte competição com os vendedores nativos, fomentando rumores e rancores. Ouvi mais de uma vez que os chineses praticavam esses preços porque eram isentos de impostos, ou que os produtos chineses eram horríveis, pois estragavam facilmente.

Tanto Andrade (2008) quanto Tavares (2010) desconstroem o fato de que os chineses têm uma carga tributária privilegiada, no entanto, nenhum deles indica muito bem a razão para o abismo entre os preços. Haugen e Carling (2005), por sua vez, mostram que os chineses empreendem viagens periódicas até a China, comprando produtos direto da fábrica por um preço baixíssimo, já que as condições trabalhistas na China permitem uma prática de preços bem abaixo da média de outros fornecedores, como é o caso das *rabidantes* que compram produtos em Fortaleza – Ceará, entre diversos outros lugares, para revender em Cabo Verde (Lobo, 2012b).

Além dos rumores de isenção e injustiças, outro fenômeno surge dessa competição tão acirrada, a saber: uma vez que os cabo-verdianos não conseguem competir em termos de preço, os chineses acabam competindo entre si, minimizando sua margem de lucro para se manter no mercado. Enquanto isso, a qualidade de seus produtos é posta em questão e a sobrevivência do mercado local é garantida graças às ressignificações e estratégias criativas que as vendedoras nativas lançam mão para se manter no mercado. Complementando essas

estratégias, há a incapacidade dos chineses em copiar a totalidade de produtos que as *rabidantes* fazem circular, já que os produtos delas têm um apelo muito forte ao estilo e à moda (Lobo, 2012b). Sendo assim, um valor simbólico é agregado às mercadorias, complexificando a competição, afastando-a da simples comparação entre preços.

Que a língua materna, que, conforme nos lembra Duarte (2003), é tão importante para o povo cabo-verdiano afirmar sua identidade nacional e resgatar sua memória, seja utilizada como um instrumento para manter a competição é digno de nota. A dinâmica linguística em Cabo Verde, com o português como língua oficial e o crioulo como língua materna é uma problemática. Dias (2002) mostra como a adoção de um modelo ocidental de Estado-nação envolve um complexo processo de construção de uma pretensa unidade linguística que não reflete a heterogeneidade da vida social. Em Cabo Verde não é diferente, existem movimentos de oficialização da língua crioula, assim como momentos de “subversão”, onde o crioulo passa a ser usado em esferas oficiais ou formais. Há demandas para que o país passe de uma situação de diglossia para uma situação de bilinguismo, isto é, de uma realidade onde duas línguas coexistem, mas uma suplanta a outra em uma relação vertical, para uma realidade onde as duas línguas coexistam ocupando os mesmos espaços horizontalmente. Claro que há limites e novas problemáticas que surgem com a demanda por oficialização, já que a língua crioula é marca da oralidade, sendo a sua padronização escrita uma etapa essencial no processo de oficialização. Uma nova rede de relações de poder se desdobra da busca por um status de língua oficial, já que “a escrita não é uma tecnologia neutra; ela é um fator essencial na criação de hierarquias” (Dias, 2002, p. 20). Faço essa digressão, pois, se é uma característica do comércio chinês em Cabo Verde fazer uso da língua crioula nas negociações com seus clientes, isso pode indicar que todo esse processo linguístico não passa despercebido, o que pode resultar em uma instrumentalização da língua materna enquanto estratégia de venda para abranger uma gama maior de clientes em potencial.

As relações entre Cabo Verde e China que se desenvolvem no cotidiano são, ao mesmo tempo, termômetro da relação entre as nações, e motivações para formação de novos laços, que se traduzem em investimentos no setor privado ou fortalecimento das relações de cooperação, por exemplo. As relações entre as nações são multifacetadas, traduzindo-se em uma competição no comércio, por um lado, e representando um aumento de oportunidades do outro, como uma expansão da fronteira migratória de Cabo Verde para a China, que acompanha também a balança de poder econômico que tende para essa potência asiática na atualidade, por exemplo.

Para tratar dessa relação entre China e Cabo Verde, é preciso lançar luz sobre as relações que a China mantém com o continente africano, portanto, recuemos um passo...

A China em África

As raízes das relações entre a China e o continente africano são profundas, possuindo três momentos marcantes: um passado distante, a aproximação com uma África que se agitava em lutas pela independência e as relações desenvolvidas no momento pós-colonial. Por exemplo, Alden, Large e Oliveira (2008) mostram como há registros de viagens em busca de trocas comerciais realizadas por chineses à África entre 1403 e 1430. Segundo os autores, as lembranças dessas viagens são invocadas para reafirmar um contraste entre as viagens interessadas em troca realizadas na Dinastia Ming e as navegações exploratórias que resultaram em colonização e escravidão empreendidas pelo Ocidente.

No contexto da Guerra Fria, com as nações desenvolvidas separadas em blocos, a onda de independência varrendo as colônias, e as nações em desenvolvimento sendo reconhecidas pelo seu valor estratégico e ajudadas a se erguer, a China logo se esforçou para assumir a vanguarda do Sul, buscando congregar consigo o máximo de nações possíveis. Assumindo uma posição de neutralidade na Guerra Fria, as nações recém-independentes se afastavam do bloco capitalista unidas pelos sentimentos de antiocidentalismo e anti-imperialismo, por um lado. Por outro lado, o valor anti-expansionista que orientava a política dessas nações também as mantinham afastadas do bloco soviético (Andrade, 2008).

Mudanças internas à China modificaram radicalmente a política de ajuda a outros países da segunda metade dos anos 70 até o fim dos anos 80. Até então, a ajuda havia sido motivada ideologicamente e realizada principalmente com apoio técnico na formação dos novos Estados-nações e ajuda nas lutas pela independência. As reformas promovidas pelo regime denguista na China resultaram em uma concentração dos recursos do país para o desenvolvimento interno, diminuindo consideravelmente a ajuda externa, o que colocou as relações com a África em um patamar inferior (Alden, Large e Oliveira, 2008). Neste meio tempo, a crise com Taiwan e a comunidade internacional agravou-se, levando a China a buscar estratégias diplomáticas para resolver a situação¹⁵. Após os desastres de 1989¹⁶, a

¹⁵Resumidamente, Taiwan, que buscava separar-se de Pequim e se alinhava ao bloco ocidental, havia sido aceito como representante da comunidade chinesa na Organização das Nações Unidas. A China passou então a buscar aliados que revertissem a situação e elevassem a China como Estado membro da ONU. Nesse assunto, os votos dos países africanos tiveram peso decisivo. Até hoje, o reconhecimento de Taiwan enquanto um Estado legítimo é impeditivo para que a China aceite desenvolver relações com qualquer país (Tavares, 2010).

política externa chinesa se fez ainda mais necessária para que o país mantivesse uma rede internacional. Nesse período, ressurgiu com toda a força o interesse chinês em África, a princípio vendo este como um parceiro estratégico, valendo-se da afirmação de que o maior país em desenvolvimento do mundo (a China) deveria aliar-se com o continente com o maior número de países em desenvolvimento (África) para que juntos eles alcançassem novos patamares de desenvolvimento (Alden, Large e Oliveira, 2008; He, 2008).

Cabe lembrar que a China emergiu do período dedicado ao desenvolvimento interno como uma potência mundial. Sendo assim, as relações estratégicas desenvolvidas no pós-1989 devem ser vistas em perspectiva, isto é, não só relações diplomáticas foram estabelecidas, mas também relações comerciais, investimentos no setor público e privado, intercâmbios e relações profundas de cooperação internacional, todas voltadas para o desenvolvimento econômico da China. As arenas de interação entre a China e os países do continente africano são múltiplas, investimentos são feitos na área de saúde, educação, agricultura, segurança, infraestruturas, transporte etc. Além das interações que ocorrem no âmbito de organismos multilaterais, como a ONU, onde os países buscam apoiar as demandas uns dos outros (Alden, Large e Oliveira, 2008).

A parceria China-África floresceu nos anos 80 e 90 acompanhando o giro da história mundial, isto é, esfriando no que se referia à ideologia que era anexada ao modelo chinês e reforçando seu caráter econômico. Esse movimento acompanhou também o próprio movimento interno da China, que passou por profundas reformas ideológicas, adotando modelos cada mais economicistas e desenvolvimentistas, mudando radicalmente as relações que o país pretendia estabelecer com o mundo em desenvolvimento.

As relações motivadas pela lógica desenvolvimentista acabaram por estabelecer um padrão nas trocas comerciais entre o continente africano e a China. Segundo Goldstein, Pinaud e Reisen (2008), a China importa matérias-primas (madeira, cobre, cobalto, alumínio, entre outros) de África, que, por sua vez importa bens manufaturados da China. Esse é um padrão que se mantém de um modo geral, possuindo algumas exceções. Cabo Verde, por exemplo, é um país extremamente pobre em recursos naturais e matérias-primas, desse modo, a balança de importações e exportações é sempre negativa, com Cabo Verde importando numa relação quase unidirecional.

Outro elemento fundamental das relações comerciais entre China e África é a questão

¹⁶ Uma série de protestos pró-democracia organizados por estudantes e trabalhadores chineses na capital, Pequim. As manifestações foram violentamente reprimidas. A comunidade internacional condenou o ocorrido e levantou sanções contra a China.

energética. A China, dado seu enorme desenvolvimento nos últimos anos, tornou-se a segunda maior importadora de petróleo do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Desse modo, ela precisa ampliar sua rede fornecedores para que não fique refém, por exemplo, do Oriente Médio, que é uma zona politicamente instável e constantemente pressionada militarmente pelos Estados Unidos (Alves, 2008). A China então se volta para os países africanos fornecedores de petróleo como Angola e o Sudão, inquietando o Ocidente.

Segundo Tavares (2010), a China logo começou a exportar o seu modelo de desenvolvimento para a África, a exemplo do que o Ocidente intencionava fazer com a sua cooperação. Com isso, elaborou-se o discurso chinês da superação, reafirmando a vontade de formar parcerias com a África e ensejando no continente a vontade de ser tão grande e bem-sucedido quanto o gigante asiático. Desse modo, a China tanto ignorava o afro-pessimismo¹⁷, isto é, a visão que o ocidente alimentava de África como o continente condenado, quanto reforçava uma identidade coletiva dos países em desenvolvimento (Andrade, 2008; He, 2008). A importação desse modelo e a busca por novas formas de cooperação e desenvolvimento por parte de África eram facilitadas pelo fracasso dos investimentos da cooperação internacional no âmbito do Ocidente. Esses fracassos resultaram em um recuo na injeção de recursos do Ocidente na década de 90, com uma queda gradual desde os anos 80, o que deixou um vácuo que foi preenchido pela China nas condições citadas acima (Tavares, 2010).

Dada a complicada relação entre estabilidade política e África, os escandalosos casos de corrupção e os regimes autoritários, o Ocidente tende a ver a China como uma parceira nociva que fomenta regimes que não estão de acordo com os valores do ocidente, como os defendidos pela União Europeia mencionados acima.

Como argumentos para essas acusações, muitos se baseiam, por exemplo, nas ofertas que os chineses fazem de construções de infraestruturas (essenciais ou não), e que não fazem uso da mão de obra nativa. As construtoras optam por trazer os seus para trabalhar nos empreendimentos, o que implica, principalmente, em duas consequências. A primeira é que a mão de obra nativa acaba sendo subempregada, diminuindo drasticamente o impacto que tal investimento teria sobre a economia local em termos de emprego, aumento do poder de compra, geração de riquezas e transformações sociais mais profundas. A segunda consequência é a de que, para trazer mão de obra da China, acordos comerciais e migratórios tem que ser firmados, permitindo a entrada de imigrantes e o estabelecimento de empresas chinesas no país, abrindo brechas para uma competição para a qual os países africanos podem

¹⁷ *Afro-pessimism*, no original (He, 2008).

não estar preparados (He, 2008; Goldstein, Pinaud e Reisen, 2008)¹⁸.

Outro argumento usado, e que segue na mesma linha, é o da instalação de empresas chinesas em países africanos, que não revertem lucros imediatos para o país anfitrião da empresa. Os quadros de funcionários são preenchidos majoritariamente por chineses, que vão, em certa medida, encaminhar os resultados do investimento de volta para a China, diminuindo consideravelmente os impactos na economia local.

Há ainda o argumento de que a China ignora as regras do comércio internacional, intimida e suborna nações para obter apoio, reforçando sua política internacional. A acusação é de que a China, em última instância, ignora os valores de paz e democracia, financiando regimes autoritários que não respeitam os direitos humanos ou não possuem transparência financeira e boa governança, bajulando os líderes autoritários em África, obtendo favores que coloquem a China em posições mais vantajosas em relação ao Ocidente. Dessa forma, países que sofrem embargos impostos pelo Ocidente por não investirem nesses valores conseguem uma via de apoio, mantendo-se no poder indefinidamente. (Tavares, 2010)

É importante notar que a visão da exportação do modelo chinês não é unânime. Corkin (2014), por exemplo, inverte esse movimento. Segundo a autora, foi a África, diante da experiência bem-sucedida da China, que buscou importar o modelo de desenvolvimento chinês, buscando alternativas para o que o Ocidente oferecia. A inversão do movimento representa outro olhar para as relações entre China, África e Ocidente. O Ocidente oferece ajuda em troca da adoção de valores como democracia e boa governança, ao que a China afirma sua ajuda como não-condicionalista. Aos olhos do Ocidente, a China, ao estabelecer relações diplomáticas com regimes que vão de encontro aos valores ocidentais, acaba por financiar e perpetuar esses regimes. Por outro lado, a China defende que a não-intervenção nos assuntos internos dos países africanos é a solução para a questão do desenvolvimento no continente. Não são os valores que ditam a atual situação de diversos países africanos, mas sim a herança macabra deixada pelo Ocidente após a era imperialista. Wenping He (2008) cita os mecanismos que os países africanos criaram para monitorar a boa governança e os direitos humanos. Tais mecanismos, como a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África¹⁹, focam-se no reforço à administração pública, na defesa dos direitos humanos, na transparência e boa governança. No entanto, esses valores são construídos internamente ao

¹⁸ A competição não é necessariamente um fator negativo, já que a inclusão dos países africanos no sistema mundial prevê melhoria das condições dos países em termos de competitividade de seus mercados e de suas empresas. A problemática surge quando se analisa caso a caso, observando condições de que cada país dispõe para competir com as empresas chinesas.

¹⁹ No original: New Partnership for Africa's Development (NEPAD) (He, 2008)

continente e não são exatamente os mesmos que o Ocidente busca exportar.

Para que fique mais claro: a China, com seu princípio de não-intervenção, defende que o continente africano deve ter autonomia para estabelecer suas prioridades, não cabendo ao Ocidente forçar valores e reproduzir as relações desiguais de poder que remontam ao período colonial. Sendo assim, a China responde às críticas feitas pelo Ocidente com uma afirmação de igualdade para com o continente africano. Em última instância, essa afirmação significa empoderar o continente e entregar as rédeas do destino africano aos Estados do continente, buscando superar totalmente as máculas do passado. Uma nova lente deveria ser usada para ver as relações China-África. Concordo com Alden, Large e Oliveira (2008) quando afirmam que as relações entre a China e a África podem indicar que o poder caminha do Ocidente para o Oriente, trazendo mudanças e fortalecendo discursos outrora subalternos.

Como estratégia de fortalecimento dessa nova identidade, a China lança mão de diversos mecanismos para congregar países africanos e desenvolver caminhos comuns baseados em um princípio de ganhos mútuos. Entre essas, destaco três: as viagens de chefes de estado chineses pela África, a realização do Fórum na Cooperação China-África²⁰ e o Fórum de Macau.

O ritual de viagens do chefe de estado chinês aos países da África foi iniciado na década de 50, por Zhou Enlai, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China. O ritual foi repetido por Zhao Ziyang, primeiro-ministro chinês no final de 1982 e início de 1983. Zhao visitou 11 países africanos, buscando criar e fortalecer laços na busca por uma identidade coletiva do chamado Terceiro Mundo, as nações em desenvolvimento. A turnê foi repetida em 1996, quando o presidente Jiang Zemin visitou a Etiópia, o Egito, Quênia, Mali, Namíbia e Zimbábue, finalizando a viagem com uma comunicação na Organização da Unidade Africana, ou União Africana (Alden, Large e Oliveira, 2008). Essas viagens possuem um forte caráter simbólico, além do viés prático. É nesses eventos que amizades entre os países são reforçadas, tratados são assinados, promessas são feitas, balanços de ações da cooperação são realizados. Pode-se dizer que receber o chefe de estado é aceitar uma relação, se voluntariar a reforçá-la, a viagem torna-se termômetro das relações entre os países.

A segunda estratégia relevante é a realização do Fórum na Cooperação China-África. A primeira edição do fórum, que acontece a cada três anos, foi realizada em Pequim no ano 2000. O evento é construído sobre uma retórica que busca aproximar África e China de

²⁰ FOCAC, na sigla em inglês.

diferentes modos. Além da aproximação do maior país em desenvolvimento com o continente com maior número de países em desenvolvimento, a lembrança de que tanto China quanto o continente africano são berços da civilização e as máculas da colonização são invocadas para fomentar a união. O fórum acontece ora em Pequim, ora em algum país do continente africano que seja participante. As duas primeiras edições do evento eram fechadas às nações africanas que mantinham relações diplomáticas com Taiwan. No FOCAC, são discutidas e elaboradas estratégias de cooperação amplas e a criação de planos de ação que cubram o período entre as edições. Sendo assim, é um espaço privilegiado para deliberação, fortalecimento de laços e trocas de experiências entre funcionários do alto escalão dos países participantes, já que a cúpula ocorre a nível ministerial.

A terceira edição do evento, que também celebrou os 50 anos do estabelecimento de relações diplomáticas com o Egito, um marco das relações China-África, contou com a participação das 5 nações africanas que ainda reconhecem Taiwan. A participação, no entanto, era limitada, tendo sido criada a categoria de “ouvinte” para que estas pudessem participar (Alder, Large e Oliveira, 2008). É importante ressaltar o avanço e o valor estratégico que o convite feito às nações que reconhecem Taiwan representa. A China, ao ampliar a participação no Fórum, mostra interesse em reestabelecer relações com esses países e atraí-los para sua esfera de influência, isolando ainda mais Taiwan.

Por fim, a terceira estratégia chinesa para fortalecer os laços com países africanos é o Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os países de Língua Portuguesa, ou o Fórum de Macau. Fundado em 2003, o Fórum de Macau ocorre a intervalos irregulares, mas suas atividades são contínuas, havendo um secretariado permanente composto por representantes de todos os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, com exceção de São Tomé e Príncipe, que é uma das cinco nações africanas que reconhecem a soberania de Taiwan. A função do secretariado é fiscalizar e implementar os planos de cooperação deliberados nas reuniões periódicas do fórum (Alves, 2008).

Segundo Alves (2008), desde o século XVI, Macau é uma ponte entre a China e os outros países falantes de português. O fim da ocupação portuguesa e a anexação de Macau representaram uma nova possibilidade para que a China expandisse suas relações com o mundo. A China então permite que Macau tenha uma relativa autonomia política e econômica, construindo uma imagem de relativa imparcialidade que, em última instância, representa um terreno seguro para que os países da CPLP interajam com a China e aprofundem suas relações sem que haja prejuízo nas relações com os Estados Unidos e o

mundo Ocidental.

Apesar da herança portuguesa de Macau e do esforço chinês em construir seus laços em cima das características que possam ser compartilhadas com a CPLP, Alves (2008) lembra que a conexão é frágil, uma vez que as influências portuguesas em Macau não são tão enraizadas como se imaginaria a princípio e que a própria CPLP não é uma comunidade estabilizada politicamente, não representa um bloco sólido com medidas efetivas de promoção da lusofonia ao redor do mundo.

Outro ponto que vale ressaltar são os interesses que a China persegue com a manutenção do Fórum. A China se vê como a campeã do mundo em desenvolvimento, uma liderança a ser seguida²¹. Sendo assim, seus interesses no Fórum de Macau não estão voltados para Portugal, que possui um mercado mais limitado e é menos aberto às relações mais profundas com a China. Tampouco o alvo principal é o Brasil, com quem a China já possui fortes relações. Restam os países africanos e o Timor-Leste, que é um país muito recente, que enfrenta diversas dificuldades estruturais e períodos de instabilidade. Logo, são os países africanos que se destacam na parceria entre a China e a CPLP.

Dentre os países africanos membros do Fórum de Macau, Angola se destaca, sendo o principal parceiro chinês no suprimento energético de que o país tanto necessita²². Moçambique possui produtos como algodão, carvão, titânio e grandes reservas de óleo natural. Guiné-Bissau possui petróleo em seus mares, além de minerais importantes para a indústria. Cabo Verde, entretanto, é extremamente pobre em recursos, possuindo sal e calcário para exportação, além de produtos pesqueiros e alguns produtos alimentícios. Tanto Guiné-Bissau quanto Moçambique possuem reservas de produtos pesqueiros e alimentícios para exportação, o que coloca Cabo Verde em última posição em termos de produtos para exportação (Alves, 2008). Dado esse contexto, é imprescindível que Cabo Verde faça uso do seu valor estratégico e aproxime-se da China por todos os meios possíveis, balanceando sua falta de recursos para serem explorados com apoio político e protocolos de cooperação.

É com esse pano de fundo das relações China-África que as relações entre Cabo Verde e China se desenvolvem. Na ausência de recursos naturais e produtos para exportação que sejam do interesse da China, Cabo Verde faz uso de sua posição geograficamente estratégica e

²¹ É interessante notar o artifício retórico de que a China faz uso ao tomar para si a liderança do mundo em desenvolvimento. Atualmente, a China é uma potência, um país que se desenvolve a um ritmo galopante e é uma das maiores economias do mundo. No entanto, ela assume uma identidade “humilde” quando lhe é conveniente. Alguns autores apontam essa contradição: Alden, Large e Oliveira (2008); He (2008); Corkin (2014).

²² Angola é o segundo maior produtor de petróleo em África, ficando atrás apenas da Nigéria. Portanto, é de extrema importância estratégica para a China.

de suas conexões com o continente africano para dar tônica às suas relações com a China.

A China em Cabo Verde

Em Cabo Verde, a China fez uma primeira inserção ainda na década de 60, oferecendo ajuda e treinamento na luta armada do PAIGC pela independência de Cabo Verde e da Guiné. Segundo Tavares (2010), Amílcar Cabral estava pronto para aceitar qualquer ajuda oferecida à luta cabo-verdiana, contanto que viessem sem condicionalismos políticos. Cabral via nesses condicionalismos, formas de manutenção da ordem contra a qual o Partido lutava. As duas superpotências, EUA e URSS²³, não davam atenção à luta, e a China, que buscava se destacar dos dois blocos hegemônicos, fez uso da chance de firmar os primeiros laços e demonstrar suporte à luta pela independência baseada em um princípio de sinceridade nas relações, isto é, dada a trajetória similar de colonização e humilhação, a China possuía uma capacidade maior de apoiar a luta armada cabo-verdiana.

Com o eventual afastamento entre a China e a URSS, iniciado ainda na década de 50, uma problemática foi colocada: de que lado da cisma Cabo Verde se posicionaria? A resposta foi definitiva para que a China rompesse relações com Cabo Verde por um certo período. Sendo um partido sem viés comunista e com uma rígida postura de não-alinhamento com as potências, o PAIGC não se manifestou a favor da URSS e nem da China, gerando uma ruptura que só seria totalmente reparada no pós-independência.

Ofendida com a recusa de apoio por parte do PAIGC, a China cortou relações com Cabo Verde. Nesse período, a China possuía impulsos isolacionistas muito fortes, o valor estratégico que cada país possuía no sistema mundial não era considerado, a Guerra Fria estabelecia uma lógica inteiramente dual, se Cabo Verde não fosse apoiar a China, então a China não estabeleceria relações ou forneceria apoio na luta pela independência. As mudanças internas que a China passou na segunda metade da década de 70 e início da década de 80 permitiram que as relações entre a China e Cabo Verde fossem retomadas totalmente.

A China reconhece a supremacia de Cabo Verde logo após a independência, estabelecendo relações diplomáticas em 1976, oferecendo ajuda e buscando fortalecer relações, deixando para trás o ocorrido na cisma China-URSS. Desde então, a presença chinesa em Cabo Verde prosperou e deixou marcas. É impossível andar pela capital do país

²³ Segundo Tavares (2010), a URSS, a princípio, apoiou a luta do PAIGC, o que levou o partido a ser acusado de ser comunista, minando o apoio daqueles que desejavam a independência, mas se recusavam a aceitar o comunismo como ideologia válida. Era nesse ponto que Cabral era enfático em dizer que não aceitava

sem ser apontado às obras erigidas pelos financiamentos chineses em caráter de concessões e presentes. Afinal, são obras que carregam simbolismos muito grandes, como os Palácios do Governo e da Assembleia Nacional, a estátua de Amílcar Cabral construída ao lado da Biblioteca Nacional, que também é obra chinesa. O Auditório e, mais recentemente, o Estádio Nacional também são obras construídas por essa cooperação.

Tavares (2010) nota que dificilmente obras como palácios e estádios seriam feitas no âmbito da cooperação com o Ocidente, que vê com desconfiança os investimentos estrangeiros nesse tipo de infraestruturas, argumentando que esses investimentos são apelos covardes aos egos dos ditadores africanos. A meu ver, essas obras possuem uma função de dádiva, no sentido esboçado por Mauss (2013), fundando e alimentando uma forte relação entre Cabo Verde e China, desagradando os países do Ocidente pelos motivos já expostos.

Tanto Andrade (2008) quanto Tavares (2010) esforçam-se para definir três momentos da cooperação China-Cabo Verde, com o marco inicial em 1976, data de celebração do início das relações diplomáticas entre os dois países. Na primeira fase, a cooperação possuía um caráter essencialmente técnico e institucional, uma vez que o orçamento da China estava voltado para o seu desenvolvimento interno. A segunda fase consistia no movimento de expansão e exportação da indústria chinesa para outros países, incluindo o boom migratório que, segundo Haugen e Carling (2005) e Andrade (2008), teve lugar em Cabo Verde no início da década de 90. A terceira fase, que, segundo Tavares (2010), inicia-se em 2006 e se estende à atualidade, é marcada pelas relações estratégicas entre os dois países na atualidade, focando em diversas áreas dos setores público e privado, como saúde, educação, infraestrutura, comércio e a militarização.

É focado nessa terceira fase que eu esboço minha análise, tendo o interesse despertado pelos empreendimentos chineses que me eram apontados nas ruas da Cidade da Praia. Sendo a mídia a minha principal fonte de dados, faço uma pausa para lançar um pouco de luz sobre ela.

Um breve olhar sobre o discurso construído na mídia

A terceira fase da cooperação entre a China e Cabo Verde é bastante visível tanto no cotidiano, onde obras são inseridas no dia a dia praiense, como o Praia Shopping, erigido por uma empresa de construção chinesa, que altera a paisagem e promete mudar os padrões de

imposições que vissem junto com as ajudas oferecidas, a ideologia do partido não era comunista.

consumo dos cabo-verdianos; quanto na imprensa, onde sempre circulam notícias sobre os novos protocolos assinados entre os dois governos.

Historicamente, a imprensa de Cabo Verde ocupa um lugar muito importante na construção da identidade nacional. Delgado (2012) mostra como a inserção da imprensa²⁴ minou pouco a pouco a autoridade colonial no arquipélago, permitindo a ascensão de uma elite local, os filhos da terra, e sendo pano de fundo para o processo intelectualizado de independência. A autora afirma que ainda hoje a imprensa tem um papel fundamental na criação e manutenção de discursos hegemônicos da nação.

A imprensa, como meio legítimo de comunicação é veiculada na língua oficial de Cabo Verde, isto é, o português. No entanto, existem diversos momentos de “transgressão”, onde a língua materna é transplantada para a esfera oficial e se estabelece ali como a língua a ser utilizada. Por exemplo, é comum, em vídeos, os indivíduos entrevistados usarem o crioulo, enquanto os representantes da emissora falam em português. Também é comum encontrarmos na grade de programação de uma emissora, um ou outro programa todo em crioulo, como um certo programa de clipes musicais que passava pela manhã e eu assistia de vez em quando.

Tal qual Mendes (2010), vejo Cabo Verde como uma nação bastante otimista, que carrega um discurso de superação e uma busca constante por ascensão. A mídia alimenta esse discurso, divulgando, sempre com alarde, qualquer alteração da situação de Cabo Verde em relação a rankings mundiais, ou aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que são uma importante meta para os países em desenvolvimento estabelecida em contextos mundiais. O alarde não é aceito sem críticas.

Em dois momentos, conversei com duas professoras (cabo-verdianas) da Universidade de Cabo Verde. A primeira me disse que a mídia fazia muito alarde, que todo dia era um ranking, um objetivo novo alcançado, mas que ela não via mudanças concretas acontecendo e ela dizia que era isso que devia importar. A segunda me dizia que antipatizava com essa forma da mídia de alardear o desenvolvimento, enaltecendo Cabo Verde e sempre o colocando próximo à Europa, quando, na verdade, o arquipélago tinha que se afastar do continente colonizador e deixar de “imitar tudo que Portugal faz até hoje”. Trago essas duas visões só para manter em mente que os dados obtidos pela imprensa devem sempre ser relativizados, uma vez que o discurso desta segue uma lógica própria que pode ser diferente

²⁴ A inserção da imprensa veio, inicialmente, na forma de boletins oficiais do governo colonial. Posteriormente, houve a fundação de revistas e outros meios que buscavam criar e fortalecer uma identidade cabo-verdiana atacando, na medida do possível em um contexto de censura, o governo colonial.

do discurso no nível do cotidiano. Dito isso, passemos para os exemplos recolhidos na imprensa online de Cabo Verde.

Os exemplos da cooperação nos discursos oficiais

O primeiro exemplo notável da presença chinesa em Cabo Verde que percebi, foi um enorme nome chinês na fachada do Praia Shopping, uma construção com a arquitetura bastante incomum comparada ao bairro do Palmarejo, onde eu vivia. Isso foi no meu terceiro dia em Praia. Posteriormente, depois de notar as lojas de chineses e entender que a presença deles não era uma mera coincidência, acompanhei (à distância) um grande evento que celebrava as relações Cabo Verde-China: a Segunda Semana Cultural Chinesa em Cabo Verde, realizada pela Associação de Amizade Cabo Verde-China – AMICACHI²⁵.

A Semana Cultural reuniu um conjunto de atividades que ocupou uma praça no Plateau, o centro histórico de Praia, com estandes. Os estandes promoviam atividades ligadas à culinária, prática de jogos, mostras de cinema, acupuntura, massagens e músicas tradicionais chinesas. Houve outros eventos também, como o Fórum sobre Relações Econômicas entre Cabo Verde e a China, atividade que era muito esperada (Panapress, fevereiro de 2014). E havia ainda uma palestra com a temática de intercâmbio educacional com a China, que mostrava as oportunidades e vantagens de realizar intercâmbio no país asiático. Após esse evento, vi algumas pessoas que vieram à cidade da Praia para realizar o exame de proficiência em língua inglesa, um dos pré-requisitos para concorrer às bolsas de estudos oferecidas pelo governo chinês.

A Semana Cultural foi anunciada na página oficial do governo de Cabo Verde como um grande evento que já é aguardado na agenda cultural do país, e como uma forma de estreitar os laços entre as duas nações. A Semana Cultural busca demonstrar a amizade que ambos os países construíram e oferece espaço público para que os resultados das relações de cooperação sejam anunciados. Na fala do Primeiro-Ministro cabo-verdiano, José Maria Neves, destaca-se o desejo para

que tais relações possam ir 'ainda mais longe' e 'a galope', sobretudo no que concerne às relações econômicas e comerciais, com mais investimentos privados chineses, mais turistas, mais trocas culturais, mais intercâmbio entre as universidades, mais bolsas para estudantes cabo-verdianos na China etc. (Página Oficial do Governo de Cabo Verde, janeiro de 2014).

²⁵ AMICACHI é uma associação formada por cabo-verdianos que estudaram na China e que tem como princípio, segundo sua página oficial no facebook, promover a cooperação e os laços de amizade com a nação asiática, produção de conhecimento e promoção da cidadania cabo-verdiana.

De fato, as relações de cooperação já vinham andando nesse ritmo e avançando nessas áreas. Alguns meses depois da Segunda Semana Cultural, foi anunciada a ida de 80 estudantes cabo-verdianos para 23 universidades da China, onde farão “19 cursos nas áreas de medicina, informática, arquitetura, engenharia civil, economia, gestão de empresas, língua chinesa, entre outros” (Expresso das Ilhas, agosto de 2014)²⁶. Esse novo grupo de estudantes se juntaria a outro grupo formado por mais de 300 cabo-verdianos que já estudam na China.

É interessante notar o papel fundamental que esse intercâmbio universitário representa. Como explicitado no primeiro capítulo, a sociedade cabo-verdiana é marcada pela circulação e pelo movimento. Essa circulação representa um enriquecimento da trajetória e uma busca por uma completude do cabo-verdiano. Ora, se emigrar e acumular experiências e valores é enriquecedor, então circular para fins de estudo representa um ideal. Moraes (2012) mostra como as viagens para estudos empreendidas pelos estudantes moçambicanos com quem a autora trabalhou fornecem experiências que marcam a trajetória dos indivíduos e são fonte de valores estrangeiros que acabam por ser incorporados nas práticas dos que retornam à pátria. Em Cabo Verde não é diferente, a circulação funda novas práticas e permite novas sociabilidades.

Na ocasião da ida do grupo de estudantes cabo-verdianos para a China, um evento formal foi organizado na embaixada da China, reunindo boa parte dos 80 estudantes. Nesse evento, o embaixador da China em Cabo Verde chamou atenção para competitividade da sociedade chinesa, e alertou os alunos que eles precisariam se esforçar bastante para superar os desafios dessa nova experiência. O embaixador ainda destacou os diferentes caminhos que os estudantes que já se formaram escolheram para seguir depois da formação, como retornar ao arquipélago, trabalhando nas instituições do país; ou ficar na China e se engajar em instituições chinesas, principalmente em Hong Kong e Macau. Este último carrega uma ligação simbólica com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sendo valorizado pela China como seu laço mais importante com os países membros dessa comunidade, conforme afirmado acima (Alves, 2008; Tavares, 2010). O embaixador ainda ressaltou que há postos de trabalhos para “todos os licenciados cabo-verdianos que dominam bem o português e o chinês” nas empresas chinesas da cooperação com o setor privado em

²⁶ As áreas escolhidas para os estudos são interessantes por carregarem um peso utilitário para a sociedade cabo-verdiana, assim como visarem um mercado de trabalho que seria crescente em uma sociedade em desenvolvimento, com o surgimento de empresas estrangeiras que necessitam de mão de obra qualificada. Mas cabe lembrar, por exemplo, das críticas que a China recebe quanto ao seu modelo de exportação de empresas, onde ela exporta também a mão de obra (principalmente quadros superiores), diminuindo o impacto que o estabelecimento daquela empresa teria na economia nativa (Tavares, 2010).

África (Expresso das Ilhas, 2014).

O Ministro do Ensino Superior, Antônio Correia Silva, também se pronunciou nesse evento, apelando para que os cabo-verdianos que estavam indo estudar na China trouxessem a persistência chinesa para Cabo Verde. Segundo ele, a persistência é a chave do sucesso e da ascensão da China. O Ministro também destacou a importância que a comunidade cabo-verdiana na China tem para a manutenção das relações de amizade entre os países. É interessante notar esse fluxo de cabo-verdianos para a China é multifacetado, operando em vários níveis. Se por um lado tem-se o interesse em alimentar a diáspora, enviando estudantes que, a longo prazo, podem representar aumento da renda em Cabo Verde; por outro temos o interesse em manter uma comunidade de cabo-verdianos integrada à sociedade chinesa, provendo certa capilaridade às relações que ocorrem, a princípio, ao nível do governo. Há ainda um terceiro elemento na equação: a missão atribuída aos estudantes pelo ministro.

Mesmo que não seja levada ao pé da letra, é de se esperar que o longo período de imersão e a dedicação à formação acadêmica culminem em uma absorção de alguns valores que a cultura chinesa incorpore no seu modelo de educação. Dizendo isso, ecoo o que Anjos (2003) afirma ao dizer que o Estado, por meio do sistema educacional, perpetua narrativas históricas e fortalece ideologias. O contato entre culturas e a missão de absorver e trazer o que faz uma nação bem-sucedida é mais um elemento do contato entre as culturas chinesa e cabo-verdiana que já ocorre no cotidiano, com a imigração chinesa em Cabo Verde e o processo inverso financiado pelas duas nações.

Ecoando Alden, Large e Oliveira (2008), afirmo que essa guinada para a China é sintomática do movimento que o poder no sistema mundial parece realizar na atualidade, indo de Oeste para Leste. Ao buscar incorporar valores chineses às suas práticas, os cabo-verdianos podem pretender acompanhar esse movimento do poder, usando sua formação na China para obter melhores posições em empresas resultantes de investimentos chineses, por exemplo. Morais (2012) afirma que há um sistema de prestígio resultado do movimento para estudos, uma forma de tratamento e um espaço social diferenciado passa a existir em Moçambique para aqueles que saíram do país para estudar e retornaram como indivíduos formados. Um trabalho de campo mais consistente com os estudantes que realizaram seus estudos na China é necessário para averiguar se o mesmo ocorre no contexto cabo-verdiano.

A cooperação na área da educação, no entanto, não se limita a bolsas de estudos no exterior. O portal Greensavers, por exemplo, anuncia o investimento na construção de um novo campus da Universidade de Cabo Verde financiado pelo governo chinês, assim como a

conclusão da Escola de Turismo da Ilha do Sal, e a instalação de um Instituto Confúcio, essencial para a difusão da cultura e língua chinesas (Greensavers, janeiro de 2014),

O portal Panapress noticiou, em junho de 2014, que o governo chinês, além de se esforçar para aumentar o número de bolsas fornecidas para os estudantes cabo-verdianos estudarem na China, possui o interesse em fornecer bolsas para estudos nas universidades locais, diminuindo os custos de mobilidade e maximizando a chance dos que precisam de bolsas de estudo de concluir essa etapa da formação. A notícia dá conta também da realização de cursos exclusivos para cabo-verdianos a serem realizados na China nas áreas de medicina e energias renováveis. Por fim, a publicação também menciona a construção do novo campus universitário da Universidade de Cabo Verde, assim como lembra as três escolas já construídas no âmbito da cooperação internacional na Ilha do Fogo.

Para além da educação, o governo chinês ainda investe em infraestruturas de saúde (complementando a oferta de cursos nessa área cujas vagas são disponibilizadas frequentemente). O Panapress, em junho de 2014, anunciou a assinatura de um novo protocolo de cooperação em saúde. A cerimônia aconteceu no Hospital Agostinho Neto, em Praia, e contou com a presença da ministra adjunta da Saúde e pela encarregada dos Negócios na Embaixada da China em Cabo Verde. Essa cerimônia marcava a vinda da 16ª equipe médica chinesa para Cabo Verde, movimento que ocorre desde 1988 e conta com cirurgiões, ginecologistas e obstetras, anestesiistas e acupunturistas, além de intérpretes para a equipe. Também nessa cooperação, foram construídas novas instalações para a maternidade e a central de consultas do Hospital Agostinho Neto em 2011. Para finalizar, o novo protocolo também prevê a compra de equipamentos médicos para o mesmo hospital.

A cooperação abarca ainda a área de segurança. Nesse campo, o governo chinês forneceu equipamentos militares para Cabo Verde, inclusive dois navios para que a guarda costeira aprimorasse as defesas marítimas. É importante ressaltar que a segurança não é exclusivamente militar, ela envolve investimentos que ajudem o país a proteger suas fronteiras, evitando o crime internacional, o tráfico e a imigração ilegal. Esse último aspecto, conforme mostrado no primeiro capítulo, é essencial para que Cabo Verde cumpra sua parte no acordo de parceria especial com a União Europeia, evitando ser usado como porta de entrada para a Europa pelos imigrantes considerados ilegais, oriundos do continente africano.

Outra área que também recebe investimentos continuamente é a de infraestrutura, onde os grandes exemplos são os Palácios do Governo e da Assembleia Nacional, a Biblioteca Nacional, a Barragem do Poilão (obra essencial em um país com escassez de água como Cabo

Verde), e o Estádio Nacional, construído nos arredores de Praia e que tem capacidade de sediar grandes eventos.

Por fim, em todos esses casos de cooperação vistos pelos olhos da mídia, é interessante notar como figura ali, explicitamente ou não, o interesse de ampliar a participação de empresas privadas da China em Cabo Verde, seja com a privatização de serviços estatais, seja com novos investimentos e estabelecimentos de novas empresas no território. A cooperação com a China caminha de uma cooperação entre países em desenvolvimento para um conjunto mais amplo de relações que são mais apropriadas a um País de Desenvolvimento Médio, como Cabo Verde se tornou atualmente. Os empréstimos e concessões tem que ser remodelados, aproximando a relação de cooperação de algo diferenciado.

A presença internacional em Cabo Verde é notável em várias esferas sociais, dos pequenos comércios às grandes instituições que cooperam para que o país continue trilhando seu caminho em busca do desenvolvimento. Em meu trabalho de campo, observei como interações entre cabo-verdianos e estrangeiros acontecem a todo o momento, sendo impulsionadas pelo cotidiano. A partir daí, notei como a presença estrangeira é ampla, atuando em vários campos. A cooperação entre Cabo Verde e a China e as relações econômicas e comerciais com o continente africano que esbocei aqui são apenas uma das muitas faces dessa interação que envolve intercâmbios culturais, abrem portas para novos fluxos migratórios e ajudam a tecer uma rede transnacional de solidariedade.

Embora Cabo Verde não tenha muito a oferecer para a China em termos materiais, sua população é dotada de certo poder de compra e seu mercado, embora pequeno, é receptivo a empresas estrangeiras. Além disso, o país tem voz na comunidade internacional, é membro da Organização das Nações Unidas e da União Africana, além de participar de outras comunidades de países que desenvolvem (ou podem desenvolver) parcerias com a China. Sendo assim, é uma parceria estratégica que à China muito interessa em manter. Essa relação é alimentada de várias formas e em vários momentos e as relações de cooperação representam um papel importante. Oferecer ajuda ao país é se mostrar aberto a uma relação, assim como recusar a ajuda ou um protocolo de cooperação é uma negação da relação. A partir do contexto apresentado aqui e dos exemplos de cooperação que trago, julgo relevante dizer que há algo nas trocas e ajudas internacionais que indicam mais do que a vontade de ajudar, há um interesse não explícito, e é esse interesse que analiso no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 – POTENCIALIDADES DA COOPERAÇÃO - UM OLHAR A PARTIR DA DÁDIVA

“Foi opondo a razão e o sentimento, foi estabelecendo vontade de paz contra loucuras bruscas [...] que os povos conseguiram substituir a guerra, o isolamento e a estagnação pela aliança, pela dádiva e pelo comércio”.

(Mauss, 2013, p. 139)

O dia havia começado modorrento. As aulas na Universidade de Cabo Verde estavam no fim e, com elas, meu primeiro projeto de pesquisa afundava lentamente. Eu me agarrava ao caderno de campo como um náufrago se agarraria a qualquer coisa que o permitisse flutuar, manter a cabeça acima das ondas.

Nesse dia, eu estava almoçando na cantina da Uni-CV e revisando minhas anotações, procurando fios que, tal qual o novelo que Ariadne deu a Teseu para que ele não se perdesse no labirinto, me permitissem encontrar novos caminhos e aproveitar o tempo que eu ainda tinha em campo. De repente, o rádio da cantina começou a tocar uma música animada com um ritmo bem diferente do usual. Foi com muito espanto que percebi que a música era Beijinho no Ombro, da funkeira Valesca Popozuda, meu atual toque para chamadas no celular. Rindo, cantei a música junto com o rádio, marquei aquele dia no caderno como “improvável” e fui para a aula da tarde, Antropologia Cultural, com uma professora brasileira.

A turma era formada por alunos e alunas do terceiro ano do curso de Ciências Sociais, percurso Antropologia, e do curso de História. Eram poucas alunas e alunos para a sala grande, sobravam várias carteiras vazias. A professora sentava-se à frente, em uma mesa diferente. A turma ficava de frente para ela, espalhada pelas carteiras. Quando todos estavam sentados, a professora começou a falar:

– Olha, vocês precisam abrir os olhos! O governo de vocês tá aí, vendendo um pedaço de Cabo Verde a cada dia para os chineses! Ontem saiu na TV, vocês vão ver, a fome vai voltar.

A turma não parecia entender sobre o que a professora falava, mas ela continuou:

– Gente, vocês não viram? Ontem o governo liberou o uso do alto-mar de vocês para a China. Eles vão pegar todos os peixes, vão poder explorar por 10 anos. 10 anos, gente! Vocês sabem o que é isso? Com o tempo, o peixe de vocês vai acabar. Vocês devem ter algum

parente que vive disso, não? Algum tio que pesca? Alguma tia que vende os peixes na bacia? Isso vai acabar, eles não vão conseguir mais peixes. Vocês vão ter que comprar peixe que foi pescado em Cabo Verde, mas que é vendido pela China muito mais caro. Vocês têm que abrir os olhos, vocês já viveram muitas fomes, tem mais vindo aí se vocês não acordarem e impedirem o governo de vocês de sair concedendo direitos de uso para todos os recursos de vocês.

A professora se referia às históricas fomes que assolaram o arquipélago desde a sua colonização, mais especificamente a da década de 40, quando, segundo comentaram na sala ainda nesse dia, Portugal se recusava a ajudar o país, preferindo adotar medidas paliativas e permitindo que a morte varresse Cabo Verde. Os estudantes tinham uma lembrança bastante trágica e um discurso bastante amargurado para se referir a esses eventos, mas pareciam vê-los como algo que pertencia a um passado longínquo, algo que não se repetiria. A professora, por sua vez, adotou um tom escatológico, ela realmente parecia anunciar o fim da sociedade cabo-verdiana ou a transformação desta em uma colônia chinesa. Mudei a anotação no caderno de “improvável” para “incomum, pesquisar”.

Mais tarde, já em casa, pesquisei sobre essa notícia que a professora havia mencionado e não achei registros em nenhum dos meios que eu acompanhava. Achei notícias que falavam da cooperação entre a China e Cabo Verde, mas nenhuma da data mencionada ou no meio que ela me indicou²⁷. Fui então conversar com meu principal interlocutor.

– Cara, você tá sabendo desse lance do governo vender o uso do alto-mar para China?

– Não tô não, o que é isso?

– Ah, uma professora lá da Uni-CV tava contando que anunciaram ontem que o governo concedeu, para a China, o uso do alto-mar por 10 anos. Aí tudo que fica a uma certa distância da praia eles podem usar como se fosse deles. Foi o que ela disse.

– Ah, mas então a costa é nossa, cara! A costa é nossa!

– Hmm, não sei se é assim. Se você fura o bidão, a água não chega na torneira, não é?

– Você fala engraçado, cara. Se eles usam lá fora, só a gente pode usar aqui na costa, é tudo nosso! O peixe que a gente come é daqui.

Ele disse isso e saiu. Voltei para o meu quarto, pensativo e mudei a anotação no caderno. “Muito estranho”.

²⁷ Posteriormente, encontrei uma notícia que dava conta do interesse manifestado pela China em usar os estaleiros e portos cabo-verdianos como contrapartida dos diversos investimentos feitos nessas áreas (Observatório da língua Portuguesa, novembro de 2013).

A cooperação internacional resulta em uma dinâmica de contatos entre diversas nações. Essa dinâmica se traduz no cotidiano, com pessoas de diversas nações interagindo entre si, seja em esferas formais e oficiais, seja em esferas informais. Em Cabo Verde, por exemplo, encontrei diversas pessoas de muitas nacionalidades que tinham sua interação com os cabo-verdianos precedida por acordos de cooperação. Minha própria ida a Cabo Verde foi permitida por um protocolo de cooperação envolvendo agências de fomento à pesquisa no Brasil e a Associação de Universidades de Língua Portuguesa. No núcleo ao qual eu era vinculado, o Centro de Investigação e Formação em Gênero e Família (Cigef), havia uma estagiária belga que também estava ali por conta de um protocolo de cooperação entre a Uni-CV e a universidade dela. Também fiz amizade com duas brasileiras que estudavam na Uni-CV graças a um protocolo de cooperação que a universidade cabo-verdiana possuía com a Universidade de São Paulo. O corpo docente da Uni-CV era composto por vários professores estrangeiros, alguns que iam por conta própria, outros que eram conveniados a algum órgão internacional.

A cooperação para o desenvolvimento tende a diminuir à medida que o país alcança novos patamares de desenvolvimento. No caso cabo-verdiano, novas medidas tem que ser tomadas para que o país atraia mais investimentos no setor privado, o que representa uma abertura do seu mercado a empresas estrangeiras e investidores externos. Essa necessidade implica em um constante movimento para agregar estrangeiros ao seu cotidiano em uma lógica que dita que o essencial é gerar empregos e renda. Desse modo, padarias de portuguesas, lojas de materiais de construção de espanhóis, as várias lojas de chineses e as banquinhas de senegaleses e ganenses no Sucupira, entre outros investimentos de portes variados, florescem na cidade da Praia.

A diversidade resultante desse processo de atração de investidores externos, sejam grandes empresas, sejam empresas familiares, traduz-se em uma diversidade de discursos e de visões acerca da realidade cabo-verdiana, muitas vezes pautados em ignorância histórica. Por exemplo, no caso narrado acima, a professora insistia na nocividade dos negócios que Cabo Verde possui com a China. No entanto, já demonstrei que as relações Cabo Verde-China possuem profundas raízes e uma continuidade histórica que não permite afirmações tão graves e negativas quanto as do discurso em questão. Não se pode negar ou diminuir a validade dos benefícios que a cooperação chinesa trouxe para Cabo Verde, mas há de se refletir sobre seus limites.

Na outra ponta do espectro, o companheiro dessa professora, um português que veio a

Cabo Verde com o intuito de investir uma quantia que havia ganhado de herança, procurando fugir da crise na Europa, defendia que Cabo Verde não possuía uma história e uma cultura própria, já que havia sido colônia de Portugal por tanto tempo. Ele criticava o mercado cabo-verdiano que não estava pronto para investimentos e se ressentia de não ter bons empreendimentos dos quais ele poderia tomar parte.

Se, no nível de discurso, temos de um lado a China constantemente afirmando seu interesse em investir no setor privado cabo-verdiano, mantendo acesa a chama das relações entre os países com constantes protocolos de cooperação e que exalta a sinceridade das relações desenvolvidas no âmbito da cooperação internacional. Por outro, temos um representante de um discurso que diminui e ignora séculos de tradição e de formação identitária, produzindo duras críticas à capacidade do mercado cabo-verdiano de absorver investimentos e se desenvolver plenamente, colocando-se em um patamar de poder superior, assumindo uma postura de arrogância. Nesse contraste, a China representa um lado positivo.

Obviamente que esses discursos são pontos extremos de um espectro, ocorrendo em esferas diferenciadas, fazendo suas aparições em situações específicas. O discurso dos portugueses que pareciam concordar com o companheiro da professora não era sussurrado, mas também não era alardeado. É compartilhado com poucos, com os que eles consideram como iguais. O discurso chinês, por outro lado, é alardeado na mídia cabo-verdiana que, conforme mostrei no capítulo 2, é marcada pelo otimismo, além de reproduzir um discurso oficial em que seria inadmissível críticas duras como as que o português companheiro da professora gostava de fazer.

Mas é preciso dar um passo para trás e olhar novamente para o que alimenta essa miríade de discursos. O que permite essa diversidade é a cooperação internacional, que cria espaços de convivência multilaterais, forja novas dinâmicas e põe em contato uma variedade de culturas. Sendo assim, e aqui eu sigo indicações de Silva (2008), tomo a cooperação internacional como um fato social total, abrindo caminhos analíticos que me levam a pensar o seu comportamento enquanto um sistema de dádivas. Isto é, um sistema que reclama a tríplice obrigação elaborada por Mauss (2013): dar, receber e retribuir.

A seguir, traço um breve histórico da cooperação internacional, buscando contextualizar a cooperação chinesa em Cabo Verde. Depois parto das contribuições da autora, do legado de Mauss (2013) e das atualizações que Alain Caillé (2002) faz desse legado com o intuito de fundar um paradigma da dádiva e procuro, ainda, aproximar a cooperação internacional em Cabo Verde à lógica proposta pelo já canônico ensaio de Mauss.

A Cooperação Internacional – do pós-Segunda Guerra à cooperação Sul-Sul

A gênese da cooperação internacional data do período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, com o estabelecimento dos dois grandes blocos hegemônicos, com os Estados Unidos à frente do “mundo livre”, o bloco capitalista, e a URSS na vanguarda do bloco socialista. Nesse contexto, fez-se imprescindível a existência de uma política de apoio que garantisse que os interesses dos países continuassem ligados a um ou outro bloco. Do lado capitalista, os Estados Unidos elaboraram o Plano Marshall, que consistia num repasse de fundos para financiar a reconstrução da Europa Ocidental arrasada pela guerra. O Plano estendeu-se, posteriormente, a outros países desenvolvidos e em desenvolvimento do Ocidente (Delgado, 2012).

A prática de repasse de recursos estendida aos países em desenvolvimento logo foi rotulada como Ajuda Oficial para o Desenvolvimento – AOD, significando um repasse crescente de recursos do “Norte” para o “Sul”. O objetivo era que nações em desenvolvimento atingissem, com grandes injeções de renda sob a forma de doações, patamares mais elevados, em termos econômicos e de desenvolvimento, complexificando e fortalecendo um sistema econômico que se pretendia mundial (Campos, 2007).

Na década de 70, o viés economicista da AOD foi confrontado com um posicionamento crítico dos países em desenvolvimento, incomodados com o caráter assistencialista da ajuda e a lógica vertical da cooperação Norte-Sul. O debate aprofundou-se, complexificando as relações entre os países em desenvolvimento e aproximando-os. O objetivo dessa aproximação era, em primeiro lugar, delimitar historicamente a origem de seu subdesenvolvimento, responsabilizando o colonialismo e o imperialismo como razões primeiras para as condições econômicas das ex-colônias e, em segundo lugar, procurar soluções que contornassem esse problema sem incorrer em uma relação análoga, isto é, neocolonialista e vertical.

Dessa aproximação entre os países em desenvolvimento, estabeleceu-se um novo conjunto de estratégias que veio a ser rotulado como Cooperação Técnica para o Desenvolvimento, ou Cooperação Sul-Sul. Essa cooperação representava, a princípio, uma busca coletiva dos países em desenvolvimento pela autossuficiência, segundo Campos (2007), cabendo lembrar que não se traduzia em um afastamento da cooperação Norte-Sul, mas de uma busca por um fortalecimento do discurso que provinha dos países em desenvolvimento e a criação de uma identidade que empoderasse os países do Sul. Ao contrário da cooperação

Norte-Sul, que se foca em repasse de recursos, a Cooperação Técnica para o Desenvolvimento, foca-se no envio de técnicos, programas de treinamento, intercâmbio de informações, compra de equipamentos e material bibliográfico e realização de estudos e pesquisas (Delgado, 2012). Esses protocolos são bastante comuns, por exemplo, na Universidade de Cabo Verde, que recebe professores estrangeiros a todo o momento, dependendo desse intercâmbio para completar seu corpo docente.

Na passagem para o século XXI, a busca por autossuficiência foi sendo substituída por um conjunto de estratégias que buscavam neutralizar os efeitos negativos da globalização, originados no desequilíbrio de poder das relações dos países em desenvolvimento com o Ocidente hegemônico.

Concomitantemente à implementação do modelo Sul-Sul, houve uma remodelação da cooperação Norte-Sul. Delgado (2012) argumenta que as sucessivas crises econômicas, como os choques do petróleo, criaram a necessidade de aumentar a eficiência do sistema macroeconômico mundial. O impacto dessa necessidade sobre as doações foi sensível e as grandes quantias passaram a ser melhor reguladas sob a justificativa de que o modelo anterior era insatisfatório em termos de resultados. Segundo a mesma autora, a partir dos anos 90 houve um aumento explosivo de ONGs, o que permitiu burlar a barreira mais burocrática da cooperação internacional, já que as ONGs possuíam um poder de ação muito mais rápido e uma capilaridade muito maior nas nações em desenvolvimento, aumentando consideravelmente a eficácia dos investimentos, já que projetos menores e localizados possuem uma eficiência maior que projetos amplos, que buscam abarcar a sociedade como um todo. Nesse ínterim, a necessidade de se conhecer a realidade social (aspectos culturais, étnicos, religiosos, políticos etc.) da nação na qual os recursos seriam injetados tornou-se fundamental para otimizar as doações. Nesse aspecto, as ONGs também foram essenciais (Delgado, 2012)²⁸.

É importante notar (e reter) que a cooperação Norte-Sul é tida como “condicionalista”, isto é, todo o apoio vem com algumas condições que devem ser obedecidas pelos países recebedores, seja como condições prévias, como boa governança, seja como objetivos a serem atingidos, como respeito aos direitos humanos e manutenção da paz. Para citar um exemplo, trago um achado do site oficial da União Europeia, o caso máximo da cooperação Norte-Sul quando falamos a partir do contexto cabo-verdiano.

²⁸ Conforme dito no primeiro capítulo, Andrade (2008) vai se referir a esse fenômeno como ongenização dos Estados, onde os recursos são repassados para ONGs que vão, por sua vez, agir sobre a realidade social o país, multiplicando projetos e diversificando as possíveis áreas de atuação.

De acordo com o site, na página correspondente ao Serviço Europeu para a Ação Externa (2014), a União Europeia possui um convênio assinado com 46 países da África, Caraíbas e Pacífico. Tal convênio visa desenvolver projetos de auxílio para “reduzir e finalmente erradicar a pobreza nos países em via de desenvolvimento através da promoção do **desenvolvimento sustentável, da democracia, da paz e da segurança no mundo**” (Serviço Europeu para a Ação Externa, 2013, grifos meus). Os projetos são desenvolvidos e financiados com recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento e fiscalizados pela Comissão Europeia e são regidos por esses valores que representam o discurso do Ocidente.

Sendo assim, a cooperação surge com um duplo viés: um prático que objetivava reconstruir e reestruturar as nações afetadas pela guerra para que a economia destas voltasse a se desenvolver a pleno vapor, favorecendo um nascente sistema econômico ocidental. E um outro viés que era claramente ideológico, visando a manutenção da união no ocidente, por meio de vantagens oferecidas para evitar o alinhamento de mais nações ao bloco socialista. A cooperação alimentava a ideologia capitalista/liberal e procurava manter estruturas imperialistas, isto é, as colônias. (Tavares, 2010).

A partir de um breve levantamento bibliográfico, Campos (2007) conclui que há, permeando a Cooperação Internacional, uma racionalidade múltipla que permite a ela ser uma interface de interesses, tendo representações diversas em contextos diferenciados, onde os países que doam podem ser vistos como humanitários, ao mesmo tempo em que perseguem seus próprios objetivos, sejam eles mercantilistas ou ideológicos. E os países que recebem podem elaborar suas próprias estratégias e ressignificar imposições que poderiam ser tidas como neocolonialistas. Afinal, qualquer oferta, seja qual for a intenção do doador, carrega o potencial de influenciar o processo de desenvolvimento do receptor (Campos, 2007). O ponto mais importante e que deve ser retido é o interesse e a parcela de poder que os países em desenvolvimento detêm nessa arena de negociação e cooperação.

A onda de independência que varreu as colônias depois dos anos 50 resultou em vários países independentes cujo apoio tinha peso estratégico na manutenção da lógica dualista Ocidente e Oriente. No entanto, esses países recém-independentes estavam ressentidos pela indiferença com que suas lutas foram tratadas pelas potências mundiais, já que era interessante para os dois grandes blocos que as colônias seguissem amarradas às suas metrópoles. Os interesses dos países recém-independentes eram diferenciados, as nações buscavam mais que se alinhar a um ou outro bloco hegemônico, não estando totalmente fragilizados com sua situação histórica e possuindo, como no caso cabo-verdiano, noções

claras sobre que caminhos deveriam ser trilhados no futuro. A China procurou se valer dessas posições firmes e desde cedo tratou de construir suas relações com os países em desenvolvimento, tomando-os como iguais.

Dádiva e Cooperação

O *insight* que permite a aproximação entre o sistema de cooperação internacional e uma economia da dádiva vem das interessantes contribuições que Silva (2008) traz em seu artigo intitulado “A Cooperação Internacional enquanto Dádiva: algumas aproximações”. Trabalhando o contexto da recém-independente República Democrática do Timor-Leste, a autora mostra como a cooperação internacional assume um caráter muito próximo da dádiva de Mauss. A autora aponta que o sistema da cooperação internacional, vai além de simples ajuda. Existe por trás tanto uma lógica de dominação política e um jogo de interesses comerciais quanto “táticas relacionadas à construção de vínculos de identidade, aliança e honra entre eles” (p. 142).

Tal qual Cabo Verde, Timor-Leste também é dependente da ajuda externa para manter sua soberania, embora este possua uma dependência muito maior em relação ao primeiro. E é partindo dessa relativa proximidade de momentos históricos que eu traço o primeiro paralelo que também vai me permitir analisar as relações de cooperação internacional em Cabo Verde sob a ótica da dádiva. O segundo paralelo que traço entre os dois contextos é o impacto que a cooperação tem no contexto timorense. Segundo Silva (2008), Timor-Leste é um Estado-nação em pleno processo de formação e que não consegue se sustentar sozinho. É a cooperação que financia esse processo em todas as esferas. Logo, das instituições aos símbolos nacionais, tudo é financiado pela cooperação internacional e tudo o que ela implica isto é, as condições e os valores que estão agregados aos pacotes de ajuda recebida. A cooperação internacional em Timor-Leste, portanto, é um fato social total. Com algumas ressalvas, já que Cabo Verde já é estável e possui uma economia mais sólida, não dependendo tanto das ajudas externas quanto o Timor-Leste, afirmo que o fenômeno da cooperação enquanto fato social total se repete em Cabo Verde.

As relações China-Cabo Verde são abrangentes. Conforme demonstrei no capítulo 2, a cooperação chinesa afeta áreas como a saúde, seja na construção de anexos hospitalares, seja no envio de equipes com especialistas de várias áreas para suprir demandas; a educação, na construção de escolas e na disponibilização de bolsas de estudo na China; a infraestrutura que

ocorre em várias frentes, desde os palácios do governo, passando por barragens e portos, até estádios e complexos desportivos. Todos esses investimentos, por sua vez, movem outras esferas da sociedade cabo-verdiana. E ainda existe todo um conjunto de relações que se desdobram da interação entre os dois países em outros níveis, como as relações cotidianas que ocorrem entre cabo-verdianos e chineses e as tensões que surgem nas disputas de mercado, por exemplo.

O interesse e a amizade da China com Cabo Verde desperta questões e desconfianças. Cabo Verde não possui recursos naturais a serem explorados, seu mercado e poder de consumo não são excepcionais, muito pelo contrário. O que há no arquipélago que desperte o interesse da China?

Andrade (2008) diz que as condições políticas, sociais e econômicas do arquipélago, embora não sejam ideais, são estáveis. Cabo Verde possui um nível de desenvolvimento humano e um histórico de boa governança que lhe fornecem estabilidade e confiança para que investidores chineses superem o afro-pessimismo (He, 2008) e aceitem os riscos de estabelecer suas empresas fora de seu território natal. Assim, Cabo Verde é um ponto pacífico aonde se refugiar caso as relações da China com o continente africano sejam prejudicadas pela instabilidade política deste. No entanto, parte da dúvida continua, por que manter uma relação tão prolongada com Cabo Verde? Lembrando que a China iniciou as relações diplomáticas, que mais tarde se desenvolveriam nas relações de cooperação que vigoram até hoje, em 1976, primeiro ano da independência cabo-verdiana, quando a estabilidade e o futuro eram incertos.

Ora, Mauss (2013) já falava na obrigação de dar: “recusar dar, [...] é recusar a aliança e a comunhão” (p. 27). A China, ao dedicar recursos para o arquipélago, abre canais de comunicação, indica uma predisposição para formar laços e fortalece sua imagem frente à comunidade internacional. Logo, em consonância com Silva (2008), afirmo que é essa obrigação de dar e o que deriva dela em termos de boa imagem internacional e poder²⁹ que vai construir parte da lógica que sustenta a cooperação internacional. Parte da motivação da China em manter relações com Cabo Verde vem da necessidade de reforçar o seu próprio discurso e consolidar-se moralmente enquanto um doador, uma nação generosa, que mantém numerosas alianças e preocupa-se em corrigir desigualdades históricas.

Conforme lembra Caillé (2002), a dádiva é um fenômeno paradoxal, é desinteressada

²⁹ Corkin (2014) mostra como a China trabalha para fortalecer o que a autora chama de *Soft Power*, uma influência que surge das relações diplomáticas em oposição às pressões militares que são exercidas pelos Estados Unidos no Oriente Médio, por exemplo.

e interessada. Uma dádiva não pode ser dada com a espera do retorno, ela “não é uma espécie de compra dos outros, efetuada pensando antecipadamente no dom da retribuição” (p. 16). Porém, toda ação não vem sem cálculos e sem interesses. A dádiva serve para criar laços, seja pela retribuição dela, seja pela dívida que ela estabelece, já que o tempo da dádiva é outro que não o tempo das transações do mercado, que é instantâneo. Essa dívida originada das doações da cooperação pode ser (e será) cobrada em momentos críticos. Tavares (2010), por exemplo, diz que, em princípios da década de 70, a China cobrou apoio de diversas nações africanas que recebiam seu apoio para resolver a crise relacionada a Taiwan e sua representação na Organização das Nações Unidas³⁰. Outro exemplo é o já citado breve rompimento nas relações da China com o PAIGC quando este se negou a escolher um lado na cisma China-URSS, conforme mostrei no capítulo 2.

Sendo assim, a lógica da dádiva aponta um caminho para as relações de cooperação entre China e Cabo Verde, isto é, uma rotina de doações que cria uma dívida (que é, em última instância, moral) a ser cobrada direta e integral, ou que é paga em parcelas que, aparentemente, não estão relacionadas. Explico: conforme demonstrei no primeiro capítulo, a elevação de Cabo Verde ao status de País de Desenvolvimento Médio faz com que o arranjo da cooperação tenha que ser revisto, modificado e atualizado para permitir a inclusão do país no sistema mundial de forma apropriada, isto é, seguindo as regras de mercado, sem as vantagens que empréstimos sem juros e doações trariam ao país. A abertura ao capital estrangeiro se torna uma estratégia e uma obrigação, mas Cabo Verde tem soberania e autonomia para definir por si com quais nações quer negociar, com quais nações quer elaborar protocolos e acordos comerciais que deem mais dinamismo ao comércio e à circulação de capital. Ao escolher abrir seu mercado para a China, Cabo Verde reafirma o vínculo que existe entre as duas nações, retribuindo as dádivas recebidas ao longo de anos de cooperação e abrindo caminhos para que a China continue a se desenvolver. Há, portanto, um interesse a ser alcançado na manutenção dos laços com Cabo Verde, isso é importante que seja retido.

O discurso oficial chinês vai por uma via interessante, operando categorias como sinceridade, não-intervenção, não-imposição, respeito mútuo da soberania, entre outros (Tavares, 2010). O embaixador da China em Cabo Verde, por exemplo, afirma com frequência o interesse chinês em investir no setor privado cabo-verdiano, ao mesmo tempo em que reafirma os valores de não-intervenção política e respeito à soberania do arquipélago. Em

³⁰ Nesse período, Taiwan, que era alinhado a bloco capitalista, foi tomado como representante de toda a República Popular da China nas assembleias da ONU, uma votação com apoio em massa dos países africanos mudou o quadro e reestabeleceu a representação chinesa.

última instância, o respeito à soberania se traduz em dar espaço de escolha para que Cabo Verde deposite as dídivas que recebe na forma de investimentos. Nesse ponto, é inegável que a dádiva às vezes tenha um caráter negativo, um presente envenenado, algo como um Cavalo de Troia. Ao receber uma dádiva e ter que posicioná-la, o governo acaba por mostrar faces do seu projeto civilizatório para Cabo Verde, denunciando algumas fraquezas do Estado. O exemplo mais claro disso é o recente clima de tensão surgido do anúncio da construção do novo campus da Universidade de Cabo Verde financiado pela China.

O investimento já havia sido anunciado na mídia cabo-verdiana (Panapress, janeiro de 2014; Expresso das Ilhas, abril de 2014) e despertado interesse, pois as instalações da Uni-CV há muito pediam por melhorias, estando aquém das condições necessárias para suprir a demanda pelo ensino superior público. As demandas pelo novo campus partiam de várias localidades, com destaque para Praia, a capital, e Mindelo, maior cidade da Ilha de São Vicente. A China não havia se pronunciado quanto à localidade, estando sob responsabilidade do governo de Cabo Verde a decisão do local que seria beneficiado por essa dádiva. Quando o governo decidiu por posicioná-la na Praia, imediatamente houve respostas e críticas que partiam tanto de estudantes de outras ilhas que enfrentam dificuldades para realizar a mobilidade necessária para estudar em Praia (Notícias do Norte, outubro de 2014) quanto de políticos e figuras influentes (Expresso das Ilhas, abril de 2014; A Nação, outubro de 2014).

As críticas davam conta de que Praia já havia recebido muitos investimentos da cooperação internacional e que era necessário descentralizar esses benefícios para que todas as ilhas contribuíssem igualmente com a geração de riqueza do país, além de, obviamente, expandir o acesso da população aos benefícios que vem com os investimentos. Embora envolvesse parlamentares representantes de todas as ilhas, a tensão se traduzia, em última instância, à rivalidade entre Praia e Mindelo, Santiago e São Vicente, representantes de duas vertentes identitárias que coexistem no arquipélago.

É o comportamento da China nessa situação que é intrigante: sob o discurso oficial da política de não-intervenção, o embaixador chinês afirma que a escolha cabia inteiramente ao governo (executivo) de Cabo Verde. Entretanto, o discurso dos deputados que se sentiram incomodados com a escolha de Praia como local para o novo investimento dá conta de que representantes chineses haviam afirmado querer construir o campus em São Vicente, que seria bom que a cooperação chegasse ali, embora reafirmassem o princípio de não-intervenção. O comportamento ambíguo da China é refletido em sua dádiva. A partir desse fenômeno (a construção do novo campus) é possível pensar relações muito amplas, como a própria

estruturação do Estado cabo-verdiano que concentra seus esforços na Ilha de Santiago, despertando rancores e ressentimentos. Questões acerca do próprio funcionamento da política enquanto elemento imbricado no cotidiano vão surgindo.

Os investimentos da cooperação são decididos e posicionados exclusivamente pelo governo executivo? Qual o papel assumido pelo legislativo no âmbito da cooperação? Retirar o poder de decisão das mãos dos deputados influencia processos políticos mais amplos, como a prestação de contas aos seus eleitores? Como ficam as dinâmicas locais e as retribuições que os deputados por ventura queiram dar pelos votos recebidos? São questões cujas tentativas de resposta vão por caminhos outros, mas que quero deixar registradas.

Sendo assim, temos, até aqui, a cooperação internacional comportando-se como um sistema de dádivas no sentido em que, por integrar e influenciar toda a sociedade, é um fato social total que funda vínculos entre quem doa e quem recebe, sendo informada por uma obrigação de dar e criando uma dívida moral que pode ser cobrada de diversas formas, como apoio político ou abertura de mercado. Mas há outro aspecto da dádiva que não posso deixar de abordar: o regime de gestão de poder que ela representa.

Silva (2008) mostra que no contexto do Timor-Leste, onde ocorrem reuniões entre os doadores e autoridades timorenses, há uma clara competição nos discursos de cada doador. Cada um salienta e enfatiza suas realizações, suas contribuições e suas intenções futuras, procurando estar por cima. A disputa por quem dá os melhores presentes é essencial na economia de dádiva, quando esta é considerada um modo de gestão de poder (Silva, 2008). Dar o melhor presente é mostrar que se tem muito e pode se “desfazer” de um pouco em prol de um laço social. Afinal, “o dom oferecido só tem valor na medida em que custa àquele que dá, na medida em que este último sacrifica, portanto, algo de seus bens ou da própria pessoa” (Caillé, 2002, p. 307).

Mas, talvez por estarem em momentos históricos diferenciados, o paralelo entre Timor-Leste e Cabo Verde acabe aqui. Embora as duas nações sejam recém-independentes, em termos históricos, Cabo Verde já está relativamente consolidado em termos políticos, econômicos e sociais, estando, inclusive, na vanguarda do continente africano. Elevado ao status de País de Desenvolvimento Médio, Cabo Verde torna-se cada vez menos alvo privilegiado para a cooperação internacional enquanto ajuda. Provavelmente essa é uma das razões pelas quais minhas observações e levantamentos na mídia não apontaram para eventos multilaterais como as reuniões que Silva (2008) analisa em seu artigo.

No caso cabo-verdiano, a lógica de que o valor da dádiva é ditado pelo tamanho do

sacrifício parece entortar um pouco, talvez até se inverter. A cooperação com a China, à medida que Cabo Verde avança para um novo patamar de desenvolvimento, sai do campo das doações, abandona o caráter de “gratuidade”, e avança para uma imbricação dos mercados e o surgimento de novos investimentos. As duas nações possuem um desequilíbrio gigantesco no tocante a recursos financeiros, humanos e políticos, essa interação, portanto, não vem sem pressões de um lado sobre o outro. Assim, os recursos destinados pela China para ajudar um país tão pequeno quanto Cabo Verde não apresenta uma ameaça aos recursos colossais de que dispõe a mais nova potência mundial. Mas o contrário não acontece, isto é, para Cabo Verde abrir seu mercado para a China, precisa sacrificar os seus, como ocorre no comércio.

Conforme já afirmei, a inserção dos chineses no sistema de comércio cabo-verdiano mudou drasticamente a dinâmica de preços, acirrando competições e prejudicando visivelmente os comerciantes locais. Foi-me dito que o governo de Cabo Verde havia concedido aos chineses uma isenção de impostos alfandegários por um período de cinco anos, o que explicaria os baixíssimos preços praticados por eles. Além disso, disseram que os chineses haviam desenvolvido uma estratégia que permitia prolongar essa isenção. A estratégia consistia em, ao término do período, retornar à China e enviar um parente para assumir o negócio, usando a isenção para manter a competição. Tanto Andrade (2008) quanto Tavares (2010) afirmam que essa isenção não é real, tratando-se de um boato que alimenta certo rancor em relação aos chineses. No entanto, existe no discurso cotidiano essa crença, fazendo com que a responsabilidade pelas dificuldades enfrentadas pelos comerciantes locais recaia sobre o governo, que sacrifica os seus para manter sua relação com a China³¹. Portanto, pela lógica da dádiva que diz que aquele que dá o melhor presente é o que tem mais poder, e que o valor do presente está diretamente ligado com o sacrifício que representa àquele que dá, Cabo Verde deveria ter uma parcela de poder maior nas relações com a China, o que não parece se refletir na realidade. Talvez esse seja um dos limites da aproximação entre a cooperação chinesa em Cabo Verde e a lógica da dádiva.

Concluindo, embora a cooperação internacional possua vários paralelos e elementos de um sistema de dádivas, a análise deve ser balizada com outras questões que fogem ao seu escopo. A parcela de poder que os países recebedores da ajuda internacional possuem, embora pequena, é exercida sempre que há a oportunidade. É uma escolha das nações recebedoras fomentar as relações com determinadas nações em detrimentos de outras, como acontece no caso cabo-verdiano quando colocamos na balança as relações com o ocidente e com a China,

³¹ O sacrifício de fato acontece, pois mesmo sem a isenção, os baixos preços praticados pelos chineses

e as relações com o continente africano. Ao mesmo tempo, essa escolha não é livre, já que recusar uma ajuda equivale a negar a aliança criada pela dívida moral, que se traduz na tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. Nenhuma nação quer ter sua imagem perante o mundo arranhada e a dádiva vem em função da tentativa de reparar essa imagem e reestabelecer moralmente a nação perante o sistema mundial (Silva, 2008).

Portanto, a dádiva possui um duplo sinal: é positiva, pois permite a fundação de alianças e produção conjunta de riquezas que vão reverberar em toda a sociedade (Mauss, 2013), produzindo relações sociais diferenciadas e que vão, por sua vez, seguir outras lógicas, sejam harmoniosas ou não. Mas a dádiva também possui um caráter negativo, onde a dívida gerada exerce uma pressão por retribuição que é implícita e que, no nível do discurso oficial, não é esperada, mas quando não ocorre, enfraquece o laço. Godbout (1999) já lembrava que os termos da dádiva são da esfera dos não-ditos, os termos não devem ser vocalizados e por vezes podem até ser negados, mas os efeitos da não-retribuição ou a recusa em receber são sentidos de forma clara, material ou simbolicamente. A cooperação possui, portanto, uma racionalidade múltipla que a permite ser tanto uma dádiva no sentido mais positivo do termo, quanto um veneno, algo que afeta internamente uma sociedade, gerando pressões e tensões que vão, por sua vez, fundar novas dinâmicas que podem ou não ser benéficas para as nações que necessitam da cooperação para o seu desenvolvimento.

CONCLUSÃO

Cabo Verde é um país recente na história do mundo, embora sua história enquanto colônia remonte ao princípio das grandes navegações, das expansões marítimas e da descoberta de novos mundos. País recente, bem posicionado geográfica e estrategicamente, na vanguarda do desenvolvimento no continente africano, mas com um mercado muito pequeno, assim como sua população, que gira em torno do meio milhão de habitantes. Os cabo-verdianos, no entanto, estão espalhados pelo mundo, não estão limitados às exíguas fronteiras do arquipélago. Os fluxos migratórios que marcam essa nação têm alcances mundiais, da China ao Brasil, há comunidades espalhadas por todo o globo.

A circulação vem da necessidade de se buscar oportunidades, experiências de vida, realização pessoal e riquezas. Meu argumento é que essa circulação abre caminhos para que Cabo Verde desenvolva relações diplomáticas com vários países no mundo, procurando inserir-se no sistema mundial e se fazer presente nas discussões a nível mundial. Além de permitir a criação de laços que são essenciais para receber ajuda internacional e continuar seu desenvolvimento que, desde sua independência, tem sido exemplar. Esses laços também vão culminar em novos fluxos migratórios para dentro de Cabo Verde, representados na presença estrangeira na universidade, nas instituições do governo, no mercado etc.

Muitos são os parceiros cabo-verdianos na busca por seu desenvolvimento. Nesse trabalho, optei por destacar a presença chinesa, atuante tanto no nível macro, da relação entre os governos dos dois países, quanto no nível micro, do cotidiano. Não afirmo que necessariamente a presença cotidiana esteja relacionada com a cooperação entre as duas nações, mas afirmo que ambas são faces de um mesmo fenômeno, isto é, a relação entre os dois países.

A partir da premissa de que a cooperação e a presença chinesa no mercado cabo-verdiano e, portanto, no cotidiano, são derivadas da relação mais ampla entre os dois países, fui capaz de lançar um olhar analítico informado pela dádiva de Mauss (2013). Sob essa ótica, os eventos tomam novas formas. Os encontros e reuniões constantes em que se assinam novos protocolos são, ao mesmo tempo, momentos rituais e oportunidades para que a mídia anuncie os resultados das relações de cooperação. Os acordos tornam-se promessas de manutenção da amizade e fornecem segurança de que, no futuro, uma contrapartida será recebida.

A criação de uma dívida moral e a importância que a ajuda internacional tem para os laços entre os países é o ponto mais essencial de aproximação com a lógica da dádiva, onde

aquele que recebe um presente é moralmente impelido a retribuí-lo, sob o risco de ter sua imagem arranhada e seu laço rompido. Sendo assim, é importante que Cabo Verde aceite as ofertas chinesas e se mostre aberto para retribuir a ajuda, seja na forma de concessões de mercado e cessão de seus espaços, seja demonstrando apoio à China no âmbito internacional. A dádiva também permite esboçar respostas para a questão sobre o que motiva a China a colaborar com países como Cabo Verde, uma vez que a contrapartida pode ser um preço alto demais para ser pago. Conforme afirmam Caillé (2002) e Silva (2008), a dádiva é um sistema de gestão de poder. Aquele que dá, o faz porque pode, porque tem o suficiente para ele e para o outro e essa posse se traduz em poder frente a comunidade. O poder da dádiva é discreto, uma vez que os próprios termos dela não podem ser declarados, pertencem ao universo dos não-ditos (Godbout, 1999) e é esse o tipo de poder que interessa à China (Corkin, 2014).

Sendo assim, o poder que a China almeja é aquele construído e estabelecido por relações diplomáticas, diálogos e trocas de presentes, ao contrário do poder estabelecido por forças militares e pressões e sanções internacionais. A forma é diferente, mas o conteúdo não seria o mesmo? Wenping He (2008) e Corkin (2014) afirmam que não, o poder estabelecido pela China é, em essência, diferente do poder historicamente adquirido pelo Ocidente. De fato, as duas autoras acusam de hipócritas os críticos ocidentais que afirmam que a China reproduz modelos colonialistas e imperialistas em suas relações com outros países, principalmente no continente africano.

O que é observado é que tanto o Ocidente (representado na figura da União Europeia e dos Estados Unidos) quanto a China, possuem interesses em África que vão além da ajuda motivada pela solidariedade. As maiores economias do mundo precisam suprir suas necessidades energéticas e por matérias-primas e o continente africano tem um papel fundamental nisso, sendo grande produtor de petróleo e rico em recursos naturais. Assim, além de ser interessante que o Ocidente procure desconstruir a boa imagem promovida pela China, é necessário que esta diversifique suas investidas e revide as acusações e críticas.

A dinâmica África-China-Ocidente é relativamente nova, os estudos acerca do assunto ainda são recentes e embrionários. Alden, Large e Oliveira (2008), por exemplo, afirmam que o movimento de reorientação ao oriente, que começou no final do século passado e ganhou muita força no começo dos anos 2000 com o avanço da imensa economia chinesa sobre o mundo, ainda não foi totalmente estabelecido. Somado a isso, está o fato de que a bibliografia está dividida, intelectuais do ocidente desconfiam das intenções e do avanço chinês, e os intelectuais chineses acabam sendo isolados por barreiras linguísticas.

Esse conflito se reproduz também no meu trabalho, refletindo a literatura. No meu caso, optei por conceder o benefício da dúvida ao modelo chinês. Uma leitura mais detalhada e um investimento maior deve ser feito para entender essa nova dinâmica pelos olhos dos intelectuais chineses, além de considerar também as produções nativas do continente africano que reflitam sobre o assunto. Desse modo, a maior potencialidade que vejo neste trabalho é esboçar um caminho a ser seguido, isto é, perceber os desdobramentos locais, os impactos sobre o mercado e acompanhar os acordos e investimentos realizados no âmbito da cooperação. Mas também olhar para o cotidiano, ver o impacto de relações tão amplas na vida das pessoas, perceber possíveis transformações, como as que já ocorreram no consumo de bens em Cabo Verde, por exemplo, é essencial para complementar a visão macro obtida da análise de discursos oficiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDEN, Chris; LARGE, Daniel; OLIVEIRA, Ricardo Soares de. Introduction. In: _____ (orgs.). *China returns to Africa: a rising power and a continent embrace*. Londres: Hurst and company, 2008.
- ALVES, Ana Cristina. Chinese economic diplomacy in Africa: the lusophone strategy. In: ALDEN, Chris; LARGE, Daniel; OLIVEIRA, Ricardo Soares de (orgs.). *China returns to Africa: a rising power and a continent embrace*. Londres: Hurst and company, 2008.
- ANDRADE, Leila Leonor Monteiro de. *A China em África: que desenvolvimento comum? O caso Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. Elites intelectuais e a conformação da Identidade Nacional de Cabo Verde. *Estudos Afro-asiáticos*, ano 25, nº 3, 2003, pp. 579-596.
- CAILLÉ, Alain. *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CAMPOS, Rodrigo Pires de. A cooperação técnica brasileira entre países em desenvolvimento: limites e perspectivas da política externa nacional. In: SILVA, Kelly Cristinane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (orgs.). *Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: _____. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora UNESP e Paralelo 15, 2000.
- CORKIN, Lucy Jane. China's rising Soft Power: the role of rhetoric in constructing China-Africa relations. *Revista Brasileira de Política Internacional* 57 (special edition): 49-72, 2014.
- DELGADO, Sônia Regina Soares. *Cooperação internacional e desenvolvimento em Cabo Verde: o caso particular dos protocolos de parceria da ARFA no âmbito do setor farmacêutico*. Dissertação (Mestrado em Cooperação Internacional e Desenvolvimento) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2012.
- DIAS, Juliana Braz. Língua e Poder: traduzindo a questão nacional. *Mana* [online]. 2002, vol. 8, n. 1. pp. 7-27.
- _____. Música cabo-verdiana, música do mundo. In: DIAS, Juliana Braz, LOBO, Andréa

de Souza (orgs.). *África em Movimento*. Brasília: ABA Publicações, 2012.

DUARTE, Dulce Almada. *Bilinguismo ou Diglossia?*. Praia: Spleen Edições, 2003.

FERNANDES, Isis Cleide da Cunha. Representação da violência de gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde: uma análise de conteúdo de *A Semana*, *A Nação* e *Expresso das Ilhas*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GODBOUT, Jacques T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOLDSTEIN, Andrea; PINAUD, Nicolas; REISEN, Helmut. China's boom: what's in it for Africa? A trade perspective. In: ALDEN, Chris; LARGE, Daniel; OLIVEIRA, Ricardo Soares de (orgs.). *China returns to Africa: a rising power and a continent embrace*. Londres: Hurst and company, 2008.

HAUGEN, Heidi Østbø; CARLING, Jørgen. On the edge of the Chinese diaspora: the surge of baihuo in an African city. *Ethnic and Racial Studies*, vol. 28, n. 4: 639-662, 2005.

HE, Wenping. China's perspective on contemporary China-Africa relations. In: ALDEN, Chris; LARGE, Daniel; OLIVEIRA, Ricardo Soares de (orgs.). *China returns to Africa: a rising power and a continent embrace*. Londres: Hurst and company, 2008.

HIRSCH, Olívia Nogueira. “A gente parece um camaleão”: (re)construções identitárias em um grupo de estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro. *Revista Pró-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1 (58), 2009, p. 65-81.

LOBO, Andréa de Souza. Vidas em movimento. Sobre mobilidade infantil e emigração em Cabo Verde. In: DIAS, Juliana Braz, LOBO, Andréa de Souza (orgs.). *África em Movimento*. Brasília: ABA Publicações, 2012.

_____. Negociando pelo mundo: as rabidantes cabo-verdianas e suas rotas comerciais. In: TRAJANO FILHO, Wilson (org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA Publicações, 2012b.

_____. Migrações de trânsito em África: sobre mobilidades e imobilidades. *Anuário Antropológico/2012*, Brasília, UnB, 2013, v. 38 n.2: 249-269.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MBEMBE, Achille. Introduction: Time on the move. In: _____. On the postcolony. Berkeley: University of California Press, 2001.

MENDES, Domingos Veiga. Perspectiva e alternativas para a economia de Cabo Verde. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MORAIS, Sara Santos. Fluxos, viagens, espaço: palavras-chave na busca de um termo além migração. In: LOBO, Andréa de Souza (org.). Entre Fluxos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

NDJAI, Tchernó. O pensamento político de Amílcar Cabral: teoria e prática em momentos decisivos na libertação da Guiné-Bissau (1969-1969). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SILVA, Kelly Cristiane da. A cooperação internacional como dádiva: algumas aproximações. Mana 14(1): 141-171, 2008.

TAVARES, Pedro Borges. Relações Cabo Verde-China: balanço dos trinta e dois anos de cooperação. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Universidade de Nova Lisboa, Lisboa, 2010.

TRAJANO FILHO, Wilson. Uma experiência singular de criouliização. Série Antropologia, n. 343, Brasília, 2003.

_____. O trabalho da criouliização: as práticas de nomeação na Guiné colonial. Etnográfica, maio de 2008, v. 12, n. 1. Lisboa.

VASCONCELOS, João. “Manera, ess muv?”: a mobilidade como valor em São Vicente de Cabo Verde. In: DIAS, Juliana Braz, LOBO, Andréa de Souza (orgs.). *África em Movimento*. Brasília: ABA Publicações, 2012.

Notícias e Documentos

A NAÇÃO. Cabo Verde e Luxemburgo querem alargar cooperação aos setores econômicos. Março de 2014. Disponível em: http://anacao.cv/online/?option=com_content&view=article&id=4341:cabo-verde

e-luxemburgo-querem-alargar-cooperacao-aos-setores-economicos&catid=80:politica&Itemid=501. Acesso em: 24 de abril de 2014.

_____. Deputados batem-se por campus universitário em São Vicente. Outubro de 2014. Disponível em: http://anacao.cv/online/?option=com_content&view=article&id=5757%3Adeputados-batem-se-por-campus-univesitario-em-sao-vicente&catid=87%3Adestaque&Itemid=475. Acesso em: 28 de outubro de 2014.

A SEMANA. Cabo Verde é o terceiro maior beneficiário das ajudas do Luxemburgo. Julho de 2013. Disponível em: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article89851>. Acesso em: 24 de abril de 2014.

DIRECÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO. Ministério das Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Regional. Plano Nacional de Desenvolvimento: 2002-2005. I Volume. 2002

EXPRESSO das Ilhas. Cooperação entre Luxemburgo e Cabo Verde é “uma grande história de amor” - Junker. Setembro de 2013. Disponível em: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/politica/item/40004-cooperacao-entre-luxemburgo-e-cabo-verde-e-uma-grande-historia-de-amor-%C3%A2%E2%82%AC%E2%80%9C-junker>. Acesso em: 24 de abril de 2014.

_____. Cerca de 80 novos estudantes cabo-verdianos estão de malas aviadas para China. Agosto de 2014. Disponível em: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/sociedade/item/42904-cerca-de-80-novos-estudantes-cabo-verdianos-estao-de-malas-aviadas-para-china>. Acesso: 31 de agosto de 2014.

GREEN Savers Cabo Verde. Cooperação entre Cabo Verde e China quer privilegiar a educação. Janeiro de 2014. Disponível em: <http://greensavers.sapo.cv/2014/01/31/cooperacao-entre-cabo-verde-e-china-quer-privilegiar-a-educacao/>. Acesso em: 17 de maio de 2014.

INSTITUTO Português de Apoio ao Desenvolvimento. Programa Indicativo de Cooperação Portugal: Cabo Verde (2008-2011). Lisboa: Grifos, 2008.

NEVES, José Maria Pereira. Brinde de Sua Excelência o Primeiro-ministro, Senhor José Maria Pereira Neves, durante o jantar em honra de Sua Excelência o Primeiro-ministro do Grão-ducado do Luxemburgo, Senhor Xavier Bettel, por ocasião da visita oficial à República de Cabo Verde. Praia, 2014. Disponível em: http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=5213:brinde-de-sua-excelencia-o-primeiro-ministro-senhor-jose-maria-pereira-neves-durante-o-jantar-em-honra-de-sua-excelencia-o-primeiro-ministro-do-grao-ducado-do-luxemburgo-senhor-xavier-bettel-por-ocasio-da-visita-oficial-a-republica-de-cabo-verde&catid=193&Itemid=74. Acesso em: 25 de julho de 2014.

_____. Discurso do Primeiro-ministro por ocasião do 10º aniversário de cooperação cambial entre Cabo Verde e Portugal. Praia, 2008. Disponível em: http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=686:discurso-do-p-m-por-ocasio-do-10o-aniversario-cooperacao-cambial-entre-cabo-verde-e-portugal-v15-686&catid=193&Itemid=74. Acesso em: 25 de julho de 2014.

NOTÍCIAS do Norte. Estudantes do norte consideram construção do campus universitário na cidade da Praia um ato de bairrismo. Outubro de 2014. Disponível em: <http://noticiasdonorte.publ.cv/27619/estudantes-norte-consideram-construcao-campus-universitario-na-cidade-da-praia-um-acto-de-bairrismo/>. Acesso em: 31 de outubro de 2014.

OBSERVATÓRIO da Língua Portuguesa. China é parceiro privilegiado de Cabo Verde. Novembro de 2013. Disponível em: <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/ligacoes/sitios-de-interesse1/china-lusofonia/china-e-parceiro-privilegiado-de-cabo-verde>. Acesso em: 23 de março de 2014.

PÁGINA Oficial do Governo de Cabo Verde. Cabo Verde e China apontam a um novo patamar de excelência nas relações. Janeiro de 2014. Disponível em: http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=5154:cabo-verde-e-china-apontam-a-um-novo-patamar-de-excelencia-nas-relacoes&catid=82&Itemid=300152. Acesso em: 16 de maio de 2014.

PANAPRESS. China constrói novo campus da Universidade de Cabo Verde. Janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.panapress.com/China-constroi-novo-campus-da-Universidade-de-Cabo-Verde—3-892802-50-lang4-index.html>. Acesso em: 20 de março de 2014.

_____. China interessada na privatização da transportadora aérea cabo-verdiana. Fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.panapress.com/China-interessada-na-privatizacao-da-transportadora-aerea-cabo-verdiana--12-896696-88-lang4-index.html>. Acesso em: 15 de outubro de 2014.

_____. Luxemburgo continua a apoiar esforços de modernização de Cabo Verde. Março de 2014. Disponível em: <http://www.panapress.com/Luxemburgo-continua-a-apoiar-esforcos-de-modernizacao-de-Cabo-Verde—13-899849-18-lang4-index.html>. Acesso em: 25 de abril de 2014.

_____. China realiza cursos para Cabo Verde nas áreas das energias renováveis e medicina. Junho de 2014. Disponível em: <http://www.panapress.com/China-realiza-cursos->

para-Cabo-Verde-nas-areas-das-energias-renovaveis-e-medicina---3-915460-50-lang4-index.html. Acesso em: 29 de setembro de 2014.

REDE Kriol. Baixa fluxo migratório chinês para Cabo Verde, cooperação cresce. Novembro de 2013. Disponível em: <http://www.redekriol.com/index.php/destaque/1147-baixa-fluxo-migratorio-chines-para-cabo-verde-cooperacao-cresce>. Acesso em: 28 de setembro de 2014.

SERVIÇO Europeu para a Ação Externa. Cooperação Europeia – Cabo Verde. Sem data. Disponível em: http://www.eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/eu_cape_verde/tech_financial_cooperation/index_pt.htm. Acesso em: 23 de março de 2014.